

PLATAFORMA +BRASIL: breve análise das propostas cadastradas entre 2017-2020 pelos municípios da região Fronteira Oeste-RS

Discente: Esthella Souza Albeche
Orientador: Gustavo Segabinazzi Saldanha

Resumo: A pesquisa tem como objetivo analisar a situação das propostas para convênios cadastradas na Plataforma +Brasil pelos municípios da região Fronteira Oeste-RS, assim como identificar os municípios e ministérios que mais fizeram os cadastramentos, assim sabendo-se o nível de aprovações destas propostas, de cada município pertencentes a esta área no período de 2017 a 2020, anos estes que pertenceram ao governo anterior, ao atual desta pesquisa. Desenvolveu-se uma pesquisa aplicada, de caráter descritivo e com abordagem qualitativa. Para a coleta de dados foram utilizadas as ferramentas da Plataforma +Brasil fazendo um estudo documental. Quanto à análise e interpretação dos dados, a técnica adotada foi a de análise interpretativa. Os resultados revelam que muitos destes municípios possuem vários cadastramentos, porém a maioria com baixos níveis de aprovações, barrando uma maior captação de recursos, neste estudo se destacaram alguns municípios que possuem maiores cadastramentos e aprovações, bem como alguns ministérios que tiveram mais propostas incluídas na Plataforma durante estes períodos de análise. O estudo contribui no sentido de que se possa entender melhor como tem sido a captação de recursos dos municípios, por meio da Plataforma +Brasil, criando uma proximidade maior da população com a mesma, para que assim a população se mantenha atualizada e cobre mais de seus governantes, criando uma possibilidade de incentivar o leitor a atentar-se ao assunto e incentivar novos pesquisadores a utilizarem a plataforma para obtenção de informações em pesquisas futuras, que visem solucionar os problemas dos principais motivos de rejeições de propostas.

Palavras-chave: Convênios; Captação de recursos; Plataforma +Brasil.

Abstract: The research aims to analyze the situation of the proposals for agreements registered in the Plataforma +Brasil by the municipalities of the Fronteira Oeste-RS region, as well as to identify the municipalities and ministries that made the most registrations, thus knowing the level of approvals of these proposals, of each municipality belonging to this area in the period from 2017 to 2020, years that belonged to the previous government, to the current one of this research. An applied research was developed, with a descriptive character and with a qualitative approach. For data collection, the tools of Plataforma +Brasil were used, making a documental study. As for the analysis and interpretation of data, the technique adopted was that of interpretive analysis. The results reveal that many of these municipalities have several registrations, but most with low levels of approvals, barring greater fundraising, in this study some municipalities that have greater registrations and approvals, as well as some ministries that had more proposals included in the Platform during these review periods. The study contributes to a better understanding of how the municipalities have been raising funds through the +brasil platform, creating a greater proximity of the population with it, so that the population remains updated and covers more than its governors, creating a possibility to encourage the reader to pay attention to the subject and encourage new researchers to use the platform to obtain information in future research, aimed at solving the problems of the main reasons for rejection of proposals.

Keywords: Agreements; Fund-raising; Platform +Brazil.

1. INTRODUÇÃO

O estado do Rio Grande do Sul é dividido em 28 regiões definidas como Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES), criados em 1994. Assim foram determinadas para promover o desenvolvimento regional e sustentável, integrando recursos e ações de governo nas localidades para uma distribuição mais equilibrada das riquezas. A regionalização serve como referência para o planejamento e elaboração do Plano Plurianual e Orçamento do Estado (BRASIL, 2018).

A região da Fronteira Oeste, que representa 17,2% da área do estado, mas apenas 5% da população do mesmo, apresenta através dos projetos propostos as necessidades básicas da população e seus municípios, são pertencentes à Região Fronteira Oeste: Alegrete, Barra do Quaraí, Itacurubi, Itaqui, Maçambará, Manoel Viana, Quaraí, Rosário do Sul, Santa Margarida do Sul, Santana do Livramento, São Borja, São Gabriel, Uruguaiana (ALLEBRANDT, 2017).

Considerando que no sistema tributário brasileiro a União é quem delega aos Estados e aos municípios uma parte da arrecadação tributária do Brasil. Em uma comparação temporal, a Constituição Federal de 1988 representou um grande avanço na apropriação de recursos por parte dos Estados e dos Municípios, mas para o caso das cidades classificadas como de pequeno porte, a dependência financeira das transferências constitucionais se sobressai (RIANI, 2009).

Neste sentido a renda baixa nos municípios pertencentes a estes classificados como de pequeno porte, como é o caso de alguns municípios da Fronteira Oeste, dificulta o dinamismo dos setores de serviços e industrial, devido ao baixo desenvolvimento de um mercado consumidor. A grande concentração da propriedade da terra contribui para esse cenário, assim sendo necessárias ações que permitam romper esse ciclo que dificulta o desenvolvimento econômico da Região (BRASIL, 2015).

A captação de recursos nos municípios se torna um assunto de importante valor para a sua população, para que possam tornar sua renda maior, pois esta é uma forma de potencializar suas propostas e projetos governamentais. Portanto, para que se fale em propostas e geração de convênios, se faz necessário que em primeiro lugar entenda-se um pouco sobre captação de recursos, quanto aos municípios brasileiros eles possuem quatro tipos, os quais são eles: os recursos de arrecadação própria, os recursos de transferência constitucional, as transferências legais e as transferências voluntárias.

Para os repasses de recursos obtidos pelas propostas cadastradas na Plataforma +Brasil, são feitos principalmente por meio de transferências voluntárias. Elas permitem que os entes federativos cooperem e estabeleçam relações de auxílio financeiro com a finalidade de promoção de bens públicos (BRASIL, 2000).

Nesta relação de cooperação, fica claro que o interesse deve ser mútuo, uma vez que entes públicos firmam um instrumento de repasse em razão de um objeto específico (BRASIL, 2016).

Atento às demandas locais, o Governo Federal definiu como estratégia a descentralização de parte das ações implementadas pelos Ministérios utilizando-se das transferências voluntárias como instrumento legal viabilizador. Estas transferências são definidas como “a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde (MACCARI et al., 2013).

Conforme a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), conceitua as transferências voluntárias como “a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde” (FREITAS, 2020).

Para a captação destes recursos por meio de transferências, a Plataforma +Brasil mostrou-se uma ferramenta facilitadora para os trâmites e tornou muito melhor o desempenho de inclusão de propostas, tornando mais ágil o processo para captação de recursos dos municípios, considerando isso nesta pesquisa buscou-se utilizar-se deste meio para conhecimento das propostas da região da Fronteira Oeste do RS.

Sendo assim surge a seguinte pergunta de pesquisa: **Qual a situação atual das propostas cadastradas na Plataforma +Brasil dos municípios da Fronteira Oeste entre os anos de 2017 a 2020?**

O presente trabalho tem como objetivo geral levantar as propostas cadastradas por município da Fronteira Oeste no período de 2017 a 2020 na Plataforma +Brasil. Sendo apresentados os seguintes objetivos específicos: (a) identificar a quantidade de propostas cadastradas na Plataforma +Brasil pelos municípios da Fronteira Oeste de 2017 a 2020; (b) conhecer os estágios que se encontram estas propostas cadastradas dos municípios da Fronteira Oeste do RS de 2017 a 2020; e (c) conhecer a relação dos ministérios que receberam propostas no período do estudo.

Este trabalho justifica-se, pois se torna de suma importância para que se observe por meio de uma análise mais detalhada a situação cadastral das propostas, assim podendo saber o nível de concretização das mesmas nos anos de 2017 a 2020 nos municípios da Fronteira Oeste, este período escolhido é considerado relevante por se tratar do período de gestão anterior ao que estamos vivendo na pesquisa, não sofrendo alterações por já ter sido concluído, juntamente possuísse a identificação dos ministérios que foram responsáveis por estes cadastramentos. A pesquisa mostra-se importante também para que futuros gestores possam interessar-se a aprofundar-se em saber os motivos que levam as rejeições ou trancamentos de propostas, assim evitando cometer os mesmos erros.

Os recursos adquiridos em cada governo, pode indicar a capacidade de organização e escolha de seu governante, para que assim seu município seja mais beneficiado e tenha maior número de projetos concluídos durante seus governos.

Segundo Freitas (2020), há uma maior concentração de municípios beneficiados com a captação de recursos nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste. A movimentação financeira referente a esses instrumentos de captação foi de R\$ 5,8 bilhões, de um total de 9.57 bilhões, que é o valor global dos instrumentos. Isso significa um percentual de execução de 61% em 2020 dos convênios e contratos de repasse assinados no período de 2011 a 2018. Portanto, o valor médio dos instrumentos assinados no período é de R\$ 360.018,05, ou seja, em geral são obras consideradas de pequeno vulto.

Ainda falando sobre alguns dados obtidos durante o ano de 2020 que teve início a pandemia do covid-19, a Lei Complementar 173/2020 determinou a injeção de R\$ 23 bilhões em transferências adicionais aos municípios. Além disso, a Medida Provisória 939/2020 transferiu R\$ 8 bilhões adicionais ao Fundo de Participação dos Municípios. Houve, ainda, repasses diversos no âmbito dos programas descentralizados do Ministério da Saúde. O Tesouro Nacional registrou, até o final de outubro de 2020, repasses financeiros totais de R\$ 55,5 bilhões aos municípios (MENDES, 2020).

É relevante a realização desta pesquisa para demonstrar a importância de utilizar o sistema de transparência do governo, a Plataforma +Brasil a qual foi utilizada neste trabalho para obter e analisar dados, para assim entender melhor em termos qualitativos o nível de concretização destas propostas.

O estudo contribui para a qualificação dos profissionais que são responsáveis pela utilização e inclusão na Plataforma +Brasil das propostas, proporciona uma visão da situação entre os anos 2017 a 2020, podendo ser comparado e utilizado por futuros gestores dos municípios, para que obtenham mais sucesso na realização de suas propostas nos próximos anos.

A seguir no referencial teórico serão abordados alguns autores, que nos fazem compreender alguns fatores que influenciam na captação de recursos e na criação da Plataforma +Brasil.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Para realização deste estudo, se fez necessário uma base para entender melhor a importância da realização do mesmo, para isso foram feitas consultas literárias para o devido embasamento e compreensão de alguns fatores que influenciam no tema inicial desta pesquisa. No que se segue serão demonstrados no primeiro tópico deste referencial o impacto do federalismo e a descentralização.

2.1. O impacto do federalismo e a descentralização

Para compreendermos o quanto é necessária a criação da Plataforma +Brasil, temos que analisar como o federalismo e a descentralização afetaram para que surgissem ideias iniciais de outras plataformas até chegar na atual.

Para Abrucio e Franzese (2007), a Federação é uma forma de organização político-territorial baseada no compartilhamento tanto da legitimidade como das decisões coletivas entre mais de um nível de governo.

O federalismo a ser tratado aqui é o moderno, uma forma de organização do Estado nacional que se contrapõe ao Estado unitário, nasceu nos Estados Unidos da América em 1787, se expandindo para o mundo e persistindo até o século 21, como uma opção atrativa para conciliar interesses centrípetos e centrífugos em território nacional. Esse delineamento é importante porque o termo federalismo é bastante antigo e seu entendimento ao longo dos séculos variou imensamente, inclusive sendo utilizado de forma intercambiável com o termo confederação (SOARES & MACHADO, 2018).

Segundo Abrucio e Franzese (2007), a descentralização de recursos começou antes mesmo da nova Constituição, no início da década de 80, principalmente via aumento de transferências federais por meio dos fundos de participação. Entre 1980 e 1995, a participação dos municípios na receita nacional quase dobrou, passando 8,7%, para 16,6% do total arrecadado na federação. Esse panorama desencadeou, no período pós-Constituição, um processo de proliferação de municípios, com a divisão de unidades já pequenas. Os mais prejudicados foram os municípios médios e grandes, que contaram com menos recursos para fazer frente a demandas de políticas públicas maiores e por vezes mais complexas que os municípios menores. Para muitos, a alternativa foi investir no aumento da arrecadação própria e no fomento a atividades econômicas que elevassem o repasse estadual do ICMS. Nesta disputa pela atração de novas atividades econômicas vários municípios adotaram uma política de concessão de benefícios fiscais a grandes empresas, deflagrando um processo de guerra fiscal.

A partir da Constituição de 1988 o Governo Federal promoveu uma descentralização do Estado brasileiro e de suas receitas tributárias, estabelecendo as competências tributárias dos estados e municípios e determinando suas cotas de participação na distribuição e rateio destas receitas. As transferências de recursos entre o Governo Federal, estados e municípios estão previstas na legislação e a operacionalização dessas transferências geralmente é feita por meio de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos cuja finalidade é a realização de obras ou serviços de interesse comum e coincidentes às três esferas de governo (DALL'AGNOL & DURAND, 2014).

Neste sentido, tornar-se de suma importância um bom planejamento para o alcance de bons resultados, uma gestão mais focada em propor novas formas de captar recursos e atender o interesse coletivo, a utilização do sistema do Governo Federal chamado Plataforma +Brasil surge como uma ferramenta para tentar minimizar e suprir a carência de investimentos através da captação de recursos com base em projetos para melhorar algumas áreas como da Educação, Saúde, Habitação, Agricultura e Infraestrutura.

Diante dos institutos de descentralização e desconcentração da Administração Pública e de recursos financeiros, além da intergovernabilidade, o amparo às necessidades locais e segmentadas é também realizado pelo Governo Federal através do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV). Através dessas ferramentas, busca-se alcançar projetos específicos, satisfazendo o público local, além de dar apoio e suporte aos municípios e às iniciativas da sociedade civil que levem a melhorias à população (SOUZA *et al.*, 2019).

Com a ajuda da Plataforma +Brasil o Governo passa a ter além de mais agilidade, menores custos e uma maior transparência nos processos necessários para as transferências voluntárias de recursos federais. Sabendo-se disso, abordaremos no tópico que se segue sobre as transferências de recursos e captação de recursos no Brasil.

2.2. Transferências de recursos e captação de recursos no Brasil

Neste tópico conheceremos um pouco de como funciona as transferências e a captação de recursos no Brasil para que assim se chegue em nosso assunto principal que é a Plataforma +Brasil.

Em um regime federativo, a arrecadação de tributos tende a se concentrar no governo central, o que se aplica ao Brasil. Verifica-se que as transferências intergovernamentais representam 64,4% e 24,2% das receitas correntes dos municípios e estados, respectivamente. Em outras palavras, as receitas próprias representam apenas 35,6% das receitas correntes nos municípios e 75,8%, nos estados. Apesar de no federalismo fiscal brasileiro ser despendido cerca de R\$ 165 bilhões, ou 6,6% do PIB, com transferências a estados e municípios, gerando os aludidos indícios, não há como se avaliar os efeitos dessas transferências somente ilustrando os números. É necessária uma análise pormenorizada visando identificar as principais características dessas transferências (DUARTE *et al.*, 2009).

No período de 1996 a 2014, foram celebrados 459.983 convênios do Poder Executivo Federal com outros entes governamentais, dos quais foram 37.514 convênios com Estados (8,16%) e 418.503 convênios com Municípios (90,98%). Isto representa um repasse de cerca de R\$ 219 bilhões e R\$ 391 bilhões, respectivamente, nos 18 anos de dados considerados (SILVA *et al.*, 2018).

Segundo Gomes (2003), sob o ponto de vista do orçamento cedente, as transferências podem ser classificadas em transferências legais (ou automáticas) e

transferências discricionárias ou voluntárias. As transferências legais “são aquelas que definem a origem dos recursos e os montantes a serem distribuídos para cada governo estão especificados na lei ou na Constituição”, as transferências discricionárias são as definidas em cada processo orçamentário e que resultam de negociações entre autoridades centrais, governos subnacionais e os representantes no Parlamento.

As transferências voluntárias são recursos financeiros repassados pela União aos Estados, Distrito Federal e Municípios em decorrência da celebração de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos similares, o objetivo delas é a realização de obras ou serviços de interesse comum. Elas são responsáveis pela entrega de recursos a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde (SUS) (BORBA, 2015).

Para Lima (2010), as transferências voluntárias de recursos públicos a entidades privadas inserem-se entre os mecanismos diretos de fomento público. Os demais mecanismos diretos e os indiretos desta atividade estatal são tratados pontualmente, apenas para registrar as diferentes formas de manifestação da atuação fomentadora estatal.

Segundo Borba (2015), para obter auxílio de recursos através das transferências voluntárias os municípios devem elaborar seus projetos, os quais se aprovados acarretarão a assinatura de contratos de repasse ou convênios possibilitando aos municípios obterem a assistência financeira necessária, mas para isso será imprescindível que o mesmo possua um bom planejamento orçamentário; constituído pelo PPA, LOA e LDO com as diretrizes que atendam às necessidades da população para assim delinear as ações de elaboração de projetos de captação dos recursos pretendidos.

A execução e acompanhamento das solicitações destes projetos para captação dos recursos feitos ao Governo Federal são informadas pela Plataforma +Brasil, anteriormente conhecida como Siconv, a seguir vamos conhecer um pouco mais sobre esta plataforma que se mostrou extremamente útil principalmente nos tempos atuais de pandemia que tudo precisou ser mais atualizado tecnologicamente.

Para conclusão deste referencial abordasse no tópico seguinte sobre a inclusão de propostas na Plataforma +Brasil.

2.3. A inclusão de propostas na Plataforma +Brasil

A plataforma foi criada pois havia grande carência de mecanismos e ferramentas de gestão de convênios do Governo Federal, cujo volume de recursos repassados é consideravelmente grande. Existia, ainda, um significativo estoque de prestações de contas em aberto, necessitando de solução imediata, e permitindo que entidades, mesmo inadimplentes com suas obrigações ou com graves irregularidades, continuassem assinando novos convênios, com o objetivo de solucionar tal situação e aumentar a qualidade na aplicação desses recursos, o Governo Federal, acatando determinação do TCU, criou o Siconv por intermédio do Decreto 6.170/08, que ofereceria uma ferramenta tecnológica de gestão efetiva de todo o ciclo de vida do convênio, pormenorizando-o com informações ausentes no sistema utilizado até então (Siafi) que reduziriam os custos (ANDRADE, 2014).

O Siconv como era conhecida inicialmente, sendo hoje chamada Plataforma +Brasil, é baseada na web e o objetivo principal é radicalizar na transparência da aplicação de recursos transferidos por convênios, bem como qualificar um pouco mais essa modalidade de gasto público, é um sistema informatizado do governo que busca

registrar e armazenar todos os atos relativos ao processo de operacionalização das transferências de recursos por meio de convênios, contratos de repasse e termos de parceria, tudo começa desde sua proposição e análise, após pela celebração e liberação de recursos e finalmente pelo acompanhamento da execução até a prestação de contas. Nela que se obteve nesta pesquisa o embasamento para demonstrar as situações cadastrais, a quantidade de cadastramentos por município e por Ministério, feitos pelos municípios pertencentes a região da Fronteira Oeste do RS no período de 2017 a 2020.

Conforme analisado em (Brasil,2017), com o Art. 16 da Portaria Interministerial 424/2016, as propostas apresentadas na Plataforma +Brasil deverão conter, no mínimo, as seguintes informações:

I- Descrição do objeto a ser executado – nunca quantificar, nem definir localização no objeto, pois pode dificultar a plena execução do mesmo;

II- Justificativa contendo a caracterização dos interesses recíprocos, a relação entre a proposta apresentada e os objetivos e diretrizes do programa federal e a indicação do público-alvo, do problema a ser resolvido e dos resultados esperados;

III- Estimativa dos recursos financeiros, discriminando o repasse a ser realizado pelo concedente ou contratante e a contrapartida prevista para o proponente, especificando o valor de cada parcela e do montante de todos os recursos, na forma estabelecida em lei;

IV- Previsão de prazo para a execução;

V- Informações relativas à capacidade técnica e gerencial do proponente para execução do objeto.

Podem propor convênios, de acordo com Decreto nº 6.170, sendo então os convenientes, órgão ou entidade da administração pública direta e indireta, de qualquer esfera de governo, além de entidade privada sem fins lucrativos (BRASIL, 2007).

O fluxo geral do sistema prevê três grandes etapas: celebração, execução e prestação de contas. Entre as duas primeiras etapas encontra-se a publicação, e entre as duas últimas, o encerramento. Na etapa de celebração, os órgãos e entidades interessados em receber recursos, após se cadastrarem e comprovarem sua regularidade e adimplência para com a União, registram suas propostas na Plataforma +Brasil. As propostas são então analisadas pela concedente, que seleciona aquelas a serem atendidas. O recurso é empenhado, o termo de convênio é assinado pelas partes e um extrato é publicado no DOU (CHAVES, 2012).

Ainda segundo Chaves (2012), na etapa de execução, os recursos federais e a contrapartida financeira da entidade (quando prevista) são transferidos para conta corrente específica e exclusiva, aberta em instituição financeira pública, através de Ordem Bancária feita por meio da Plataforma. O conveniente inicia a execução do convênio de acordo com o plano de trabalho, que poderá sofrer ajustes ao longo da mesma. Durante toda a execução, os procedimentos de seleção de fornecedores, os contratos, os documentos de liquidação, os dados de pagamentos e solicitações de alterações no plano de trabalho devem ser registrados tempestivamente na Plataforma +Brasil.

Na etapa de prestação de contas, são registrados os resultados e beneficiários finais, a devolução dos valores residuais aos cofres públicos e são gerados relatórios para envio à concedente. No caso de não aprovação da prestação de contas, o órgão concedente instaura um processo de tomada de contas especial, registrando-o na Plataforma e encaminhando-o ao TCU (MOREIRA: 2010, p. 18).

Sabendo-se isso, vale ressaltar que a Plataforma tornou muito mais ágil e transparente a obtenção de recursos, com isso torna-se clara a necessidade da pesquisa feita neste artigo, tornando útil o uso da Plataforma, para a melhor compreensão da situação das propostas feitas capturando os dados internos nela obtidos para que se incentive a população a informar-se e cobrar de seus governantes maior empenho em resultados mais elevados na aprovação de propostas e consequentemente a captação de recursos maior de seus municípios.

O próximo tópico versa sobre os procedimentos metodológicos utilizados neste estudo, elencando a classificação da pesquisa, técnica de coleta e análise de dados.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para realizar esta pesquisa coletou-se dados pertencentes o sistema do governo chamado Plataforma +Brasil, durante um período em média de quatro meses, ao qual obteve-se informações referentes as estruturas das propostas públicas aplicadas nos municípios da região da Fronteira Oeste para atender os objetivos propostos neste artigo.

Nesta pesquisa foram utilizados alguns procedimentos, tendo em vista os objetivos propostos, o tipo de pesquisa realizada quanto a sua natureza, classifica-se como pesquisa aplicada, onde mais precisamente serão utilizadas pesquisas com dados obtidos dentro do site do governo Plataforma +Brasil.

Gil (2010) nos diz que, a pesquisa aplicada é uma pesquisa dirigida a obter conhecimentos voltados a solução de problemas em uma situação específica, ao qual com esta pesquisa se tem a intenção de identificar o andamento das propostas para que assim os leitores sejam atualizados, podendo ser utilizado os dados para pesquisas futuras para uma melhor obtenção de recursos dos municípios da Fronteira Oeste do estado do Rio Grande do Sul.

Quanto a sua abordagem foi denominada em um estudo qualitativo, este procura descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais. (RICHARDSON,2012, p.80)

Neste contexto este estudo concentrou-se em organizar as propostas para a identificação de suas situações, fazer uma contagem para obter uma visão em proporções de cadastramentos, assim como identificar os ministérios proponentes destas propostas, no período de 2017 a 2020 para concluir seus objetivos.

Referente aos objetivos desta pesquisa, mostra-se necessário uma pesquisa descritiva, a qual será feita uma descrição dos processos de propostas feitas na Plataforma +Brasil, situações cadastradas e os ministérios que efetuaram o cadastramento.

Como é descrito por Gil (2002), as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. Já para Castro (1976), a pesquisa descritiva apenas captura e mostra o cenário de uma situação.

Para Gerhardt e Silveira (2009) a justificativa é a parte fundamental do projeto de pesquisa, onde se expõem as razões de ordem teórica (desenvolvimento da ciência) e de ordem prática (aplicação da ciência) pelas quais a pesquisa proposta é importante. Sendo assim este trabalho como exposto anteriormente torna-se justificável para que se obtenha maior conhecimento da plataforma e possa fazer uma análise mais detalhada das propostas realizadas na Fronteira Oeste dos anos 2017 a

2020, entendendo-se assim um pouco do andamento da obtenção de recursos destes municípios.

Lakatos & Marconi (1992), consideram que a justificativa é a parte do trabalho que apresenta respostas à questão do porquê da realização da pesquisa, durante o desenvolvimento da pesquisa mostrou-se alguns detalhamentos das propostas na plataforma e a importância de conhecer o andamento destas propostas que são uma fonte extremamente importante de obtenção de recursos.

Para obtenção dos dados utilizou-se um estudo que foi direcionado as propostas cadastradas na Plataforma +Brasil, sendo feita uma pesquisa documental que se assemelha muito à pesquisa bibliográfica. A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes. A pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa (GIL, 2008).

Os dados foram obtidos diretamente da Plataforma +Brasil, com a ajuda do sub site de Painéis Gerenciais de transferências abertas +Brasil, assim foram descritos os resultados posteriormente nas tabelas 1, 2 e 3, para obtenção destes dados utilizou-se alguns filtros para obter informações pertinentes, expondo e analisando número de propostas por município, situação cadastral. Para a exposição ministerial no quadro 3, utilizou-se tabelas obtidas pela pesquisadora no site da Plataforma +Brasil em acesso livre, filtrando por propostas, por ano, por estado, por cidade e por natureza jurídica.

No quadro 1, abaixo mostra-se um esquema para melhor compreensão, mais simplificada para busca dos dados.

Quadro 1 – Filtros utilizados para obtenção de dados

	Plataforma +Brasil	Painel Gerencial de Transferências abertas +Brasil
Endereço eletrônico	https://voluntarias.plataformamaisbrasil.gov.br/voluntarias/Principal/Principal.do?Usr=guest&Pwd=guest	https://www.transferenciasabertas.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=painelcidadao.qvw&lang=en-US&host=QVS%40srvbsaiasprd01&anonymous=true
Filtros	<ul style="list-style-type: none"> -Iniciar com acesso livre; -Propostas - consultar proposta; -Em consulta completa preencher: <ul style="list-style-type: none"> • Ano: (2017; 2018; 2019; 2020); • UF/Município do Proponente: (RS/ Alegrete, Barra do Quaraí, Itacurubi, Itaqui, Maçambará, Manoel Viana, Quaraí, Rosário do Sul, Santa Margarida do Sul, Santana do Livramento, São Borja, São Gabriel, Uruguaiana); • Natureza jurídica: Administração pública municipal. 	<ul style="list-style-type: none"> -Iniciar clicando em Transferências abertas +Brasil; -No canto esquerdo da tela clicar em: <ul style="list-style-type: none"> • Ano proposta: (2017; 2018; 2019; 2020); • UF: RS; • Município: (Alegrete, Barra do Quaraí, Itacurubi, Itaqui, Maçambará, Manoel Viana, Quaraí, Rosário do Sul, Santa Margarida do Sul, Santana do Livramento, São Borja, São Gabriel, Uruguaiana); • Natureza Jurídica: Administração pública municipal.

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Para o processo de análise de dados, foi efetuada uma análise interpretativa feita nos dados encontrados na plataforma. Foi utilizada a plataforma, na parte de propostas cadastradas, sendo filtrado por município e classificando-as por ano, esta é uma das muitas funcionalidades da mesma, coletando as informações de cada cidade da Fronteira Oeste, no período de pesquisa de dezembro de 2021 a março de 2022, referente ao período de estudo de 2017 a 2020.

Para Silva *et al* (2005), uma das maneiras de se realizar a análise de significado é utilizando o paradigma interpretativo, fundamentado na Teoria da Ação.

Os dados coletados foram identificados, organizados em planilhas, agrupados, analisados e percorridos no artigo. Por isso para o processo de análise, dispôs de instrumentos como a preparação das informações e a transformação dos mesmos em conteúdo. No tópico seguinte será apresentado e analisado os resultados obtidos com esta pesquisa.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Como já citado anteriormente o cadastramento de propostas para obtenção de recursos dos municípios é um assunto de suma importância para que os municípios aumentem seus ganhos e consigam realizar um maior número de projetos, nesta pesquisa resolvemos focar na Fronteira Oeste do RS, que neste tópico será feita uma análise e apresentação dos dados obtidos na Plataforma +Brasil, demonstrando o total de propostas feitas por cada município do ano 2017 até o ano de 2020, suas situações atuais, assim como níveis de aprovações e cadastramentos por ministério.

A Plataforma +Brasil se apresenta como um sistema no qual devem ser registrados todos os atos relativos ao processo de operacionalização e transferências financeiras, desde a sua proposição (cadastro) e análise, passando pela celebração, liberação de recursos pela concedente e acompanhamento da execução (processos licitatórios, contratos, notas de empenho, liquidações, pagamentos, prestação de contas parcial online da execução física-financeira), até a prestação de contas final pelo conveniente (BRASIL, 2017).

O tópico a seguir versa sobre a quantidade de propostas cadastradas na Plataforma +Brasil pelos municípios da Fronteira Oeste de 2017 a 2020.

4.1 Quantidade de propostas cadastradas

Em relação a Plataforma +Brasil, ela constitui ferramenta integrada e centralizada, com dados abertos, destinada à informatização e à operacionalização das transferências de recursos oriundos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União a órgão ou entidade da administração pública estadual, distrital, municipal, direta ou indireta, consórcios públicos e entidades privadas sem fins lucrativos (BRASIL, 2017).

Conforme a tabela 1, pode-se identificar um número significativo maior de propostas em alguns municípios como é o caso dos municípios de Alegrete, São Gabriel e São Borja, que possuem respectivamente 86, 62 e 55 propostas cadastradas, claro que muitos fatores podem influenciar nisso, como o porte populacional, entre outros. Para isso então decidiu-se demonstrar os resultados encontrados separadamente de cada município por ano, demonstrando também a média de aprovações por município.

Detectou-se na análise feita, que o município o qual somou maior número de propostas cadastradas foi o de Alegrete, com total de 86 propostas, com média de aprovação de 46, 20% e o que possui menor número seria o de Maçambará com

apenas 14, com média de aprovação de 58,75%, durante o período de 2017 a 2020. Sabendo-se disso, conclui-se que embora Maçambará cadastre menos propostas, possui um maior nível de aprovação.

Tabela 1 - Total de propostas incluídas.

Município	2017		2018		2019		2020		Total	
	propostas	% aprovação	propostas	% aprovação	propostas	% aprovação	propostas	% aprovação	propostas	Média de % aprovação
Alegrete	26	29,2	19	38,9	25	41,7	16	75	86	46,20
Barra do Quaraí	9	33,3	6	50	3	33,3	2	50	20	41,65
Itacurubi	0	0	4	75	3	100	8	14,3	15	47,32
Itaqui	14	0	12	58,3	9	55,6	4	50	39	40,97
Maçambará	4	25	5	60	1	100	4	50	14	58,75
Manoel Viana	15	21,4	2	50	9	66,7	1	100	27	59,52
Quaraí	9	11,1	7	75	9	50	2	100	27	59,02
Rosário do Sul	8	75	13	61,5	13	53,8	6	100	40	72,57
Santa Margarida do Sul	11	9,1	5	60	5	20	2	50	23	34,77
Santana do Livramento	5	80	12	66,7	13	53,8	8	75	38	68,87
São Borja	18	27,8	9	77,8	21	55	7	66,7	55	56,82
São Gabriel	19	33,3	13	15,4	17	64,7	13	38,5	62	37,97
Uruguaiana	19	10,5	5	20	13	30,8	7	85,7	44	36,75

Fonte: autora com base na Plataforma +Brasil (2022).

No período de 2017, identificou-se que o município de Alegrete possui o maior número de propostas cadastradas que seriam 26, com média de aprovação de 29,2% e o município de Itacurubi possui o menor número, sendo que não possui nenhuma proposta cadastrada para este período. Para este ano o município com média mais alta de aprovação foi o de Santana do Livramento com 80%.

A respeito do ano 2018, conclui-se que o que possui maior número de cadastramentos, novamente destacando-se o município de Alegrete com 19 propostas, sendo 38,9% delas aprovadas, já o que possui menor número de propostas é o município de Manoel Viana com 2 apenas e média de aprovação de 50%. Assim conclui-se que que Manoel Viana embora com poucos cadastramentos, possui maior índice de aprovações das propostas em relação a Alegrete. Neste ano observou-se que o município com maior média de aprovação foi o de São Borja com 77,8%.

Acerca do ano 2019, percebe-se que o município com mais cadastramentos foi mais uma vez o de Alegrete com 25 no total, sendo sua média de aprovação de 41,7%, já o com menor número foi o município de Maçambará com apenas 1 proposta cadastrada, com aprovação de 100%, considerando a média de aprovação destes dois municípios, o de Maçambará possui o maior nível de aprovação. Ainda no ano de 2019 pode-se notar que os municípios com maior número de aprovações são os de Itacurubi e Maçambará, com todas propostas feitas aprovadas.

Em 2020, podemos observar que o município que obteve maior nível de cadastramentos foi mais uma vez o de Alegrete com 16 propostas, com média de aprovações igual a 75% e o que obteve menor número foi o de Manoel Viana com apenas 1 cadastrada e aprovada. Observando os índices de aprovações os

municípios que obtiveram maior média, foi o de Manoel Viana, Quaraí e Rosário do Sul, sendo 100% de aprovações.

Observando a tabela 1, também podemos identificar que o município com maior nível de aprovações, somando-se todos os anos, foi o de Rosário do Sul com média de 72,57% e o com menor porcentagem de aprovação foi o de Santa Margarida do Sul, com média 34,77% de aprovações.

No tópico seguinte demonstra-se as situações que se encontram as propostas no referido período de análise deste estudo.

4.2 Situação das propostas cadastradas

Em relação a situação cadastral, as propostas na Plataforma +Brasil possuem várias etapas, porém com a ajuda do portal gerencial de Transferências Abertas +Brasil, foi possível adquirir acesso delas já agrupadas para um entendimento mais claro e simplificado.

Conforme nos diz Chaves (2012), a Plataforma possui três etapas principais que são elas: celebração, execução e prestação de contas, sendo feitas nesta mesma ordem, sofrendo também várias ramificações de processos, dos quais alguns podem-se perceber neste estudo.

Abaixo na tabela 2, foram demonstradas as situações, bem como a contagem total das propostas por município, com isso percebe-se que as propostas se agrupam em 5 etapas principais, como demonstrado na tabela abaixo.

Tabela 2 - Situação das propostas cadastradas

Município	Situação da proposta					Total por município
	Aprovada	Rejeitada	Cadastrada	Em análise pelo órgão concedente	Em complementação	
Alegrete	36	13	4	32	1	86
Barra do Quaraí	8	2	0	9	1	20
Itacurubi	7	0	1	7	0	15
Itaqui	14	8	1	16	0	39
Maçambará	7	3	0	4	0	14
Manoel Viana	11	6	1	9	0	27
Quaraí	10	7	4	6	0	27
Rosário do Sul	27	3	0	10	0	40
Santa Margarida do Sul	6	8	0	8	1	23
Santana do Livramento	25	4	0	6	3	38
São Borja	27	8	2	18	0	55
São Gabriel	24	7	1	29	1	62
Uruguaiana	13	6	0	25	0	44
Total por situação	215	75	14	179	7	490
% total por situação	43,87	15,30	2,85	36,53	1,42	

Fonte: autora com base na Plataforma +Brasil (2022).

Referente ao município de Alegrete, pode-se perceber que das suas 86 propostas, destas somam-se 36 aprovadas que constam em andamento, ou seja, sendo concretizada e o restante ainda sofrem outros processos podendo ou não serem concretizadas.

Em relação ao município de Barra do Quaraí, foram identificadas 20 propostas no total neste período de tempo, das quais apenas 8 aparecem sendo concretizadas, pois foram aprovadas e o restante se dividem em outras situações em andamento ou já foram reprovadas.

Com respeito ao município de Itacurubi, ao qual foi o próximo analisado, constatou-se que possui um total de 15 propostas cadastradas neste período, das quais 7 encontram-se sendo executadas, todas as outras propostas ainda passam por outras etapas de análise ou já foram reprovadas.

Acerca do município de Itaqui, este nos mostra que foram cadastradas 39 propostas neste período, das quais 14 já estão em processo de concretização, as outras propostas ainda constam em processos de análise, complementação ou já foram rejeitadas.

O município de Maçambará foi analisado, concluindo-se que possui apenas 14 propostas cadastradas neste período de pesquisa, as quais somam-se 7 em processo de execução, o restante das propostas divide-se em outras etapas de processamento podendo levar aprovação ou reprovação e algumas já foram canceladas.

No que diz respeito ao município de Manoel Viana, percebe-se que possui um total de 27 propostas cadastradas neste período de 2017 a 2020, sendo que 11 delas foram aprovadas e já constam em processo de execução, o restante das propostas divide-se em outras situações de análise ou reprovação.

Com a análise feita no município de Quaraí, foram identificadas um total de 27 propostas cadastradas neste período, sendo que destas 10 constam aprovadas e estão em execução, o restante dividem-se em outras etapas de análise ou reprovação.

Em relação ao município de Rosário do Sul, ao qual foram identificadas 40 propostas cadastradas para este período de pesquisa, as mesmas dividem-se em 27 que constam aprovadas em processo de concretização e o restante constam em outras etapas em processos de análise ou reprovação.

Em análise do município de Santa Margarida do Sul, identificou-se um total de 23 propostas cadastradas, das quais 6 constam em processo de execução devido terem sido aprovadas, o restante foi rejeitada ou ainda passam por outras etapas de análise.

No que concerne ao município de Santana do Livramento, constatou-se em análise um total de 38 propostas cadastradas para este período, das quais 25 já constam aprovadas e sendo efetuadas e o restante das propostas ainda passam por outras etapas de análise ou já foram reprovadas.

Em relação ao município de São Borja, o qual foram identificadas 55 propostas, das quais dividem-se em 27 aprovadas, já sendo executadas e o restante das propostas algumas ainda constam em outras etapas de análise, outras já foram rejeitadas por algum motivo.

No que tange ao município de São Gabriel, observou-se um total de 62 propostas cadastradas neste período, 24 delas foram aprovadas e já estão sendo executadas e o restante das propostas foram rejeitadas ou ainda passam por outros processos, ou seja, etapas de análise.

O último município a ser analisado foi o de Uruguaiana, deste foram identificadas um total de 44 propostas, das quais dividem-se em 13 que foram aprovadas e estão sendo executadas e o restante das propostas foram rejeitadas ou ainda constam em outras etapas de análise podendo encaminhar-se para aprovação ou rejeição.

Como nos diz Andrade (2014), o ciclo de vida do convênio necessitava um meio de ser mais ágil e com maior transparência, a Plataforma +Brasil nos traz todos elementos necessários par compreensão e acesso das informações, mostrando desde a proposição da proposta até a prestação de contas, utilizando-se alguns indicadores que ela possui também conseguimos identificar mais facilmente os níveis de aprovações por municípios, como demonstrado nas tabelas.

Com a análise feita em todos os municípios da Fronteira Oeste do período de 2017 a 2020, pode-se perceber que o índice de aprovação da região é 43,87%, sendo a maior parte das propostas cadastradas aprovadas (em execução e em prestação de contas) e a menor parte rejeitadas com 15,30%.

Assim conclui-se, que embora vários destes municípios tenham um número consideravelmente grande de propostas cadastradas, somando-se as médias de reprovação e de propostas em processos de análise, tornando-se maior do que a média de aprovações, assim sendo de suma importância uma cobrança da população para que seus governantes se esforcem para solução dos trancamentos, podendo aumentar a média de aprovação da região, sendo que poucas propostas foram rejeitadas, ainda havendo possibilidade de grande parte das propostas, resolverem os seus impedimentos para serem aprovadas.

Para um melhor entendimento, classificou-se em proporções de inclusão de propostas por número habitacional, demonstra-se na tabela 3, as proporções por município e a cada 10 mil habitantes em média, conforme dados populacionais obtidos no site do IBGE (2020).

Tabela 3 - Número de propostas por habitantes

Município	Nº de habitantes	Nº de propostas	Média de propostas a cada 10 mil habitantes
Alegrete	73.028	86	11,78
Barra do Quaraí	4.227	20	47,61
Itacurubi	3.460	15	44,11
Itaqui	37.489	39	10,42
Maçambará	4.562	14	31,11
Manoel Viana	7.307	27	36,98
Quaraí	22.607	27	11,94
Rosário do Sul	39.314	40	10,17
Santa Margarida do Sul	2.578	23	92
Santana do Livramento	76.321	38	4,98
São Borja	60.019	55	9,16
São Gabriel	62.147	62	9,98
Uruguaiana	126.866	44	3,47

Fonte: autora com base na Plataforma +Brasil e dados do IBGE (2022).

Observando a tabela 3, conclui-se que o município que possui maior número de cadastramentos considerando a cada 10 mil habitantes é o de Santa Margarida do Sul com média de 92 e o que possui menor número é o de Uruguaiana com 3,47.

No próximo tópico faremos uma demonstração com base nos dados obtidos, da quantidade de propostas feitas por ministério em cada município, no período de 2017 a 2020.

4.3 Ministérios que receberam propostas

Segundo a Medida Provisória 870/2019 foram reduzidos de 29 para 22 o número de órgãos com status ministerial no governo federal, destas 22 pastas com status ministerial incluem 16 ministérios, 4 vinculadas à Presidência da República (Casa Civil, Secretaria de Governo, Secretaria-Geral e Gabinete de Segurança Institucional), além do Advogado-Geral da União (AGU) e do presidente do Banco Central (BRASIL, 2019).

Por esta decisão, foram extintos os seguintes ministérios: Cidades; Cultura; Desenvolvimento Social; Esportes; Fazenda; Indústria, Comércio Exterior e Serviços; Integração Nacional; Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; Segurança Pública; e Trabalho (BRASIL, 2019).

Alguns destes foram acoplados a outros, como os ministérios da Fazenda, Planejamento e Indústria - unidos para criar o Ministério da Economia. Já o Ministério do Trabalho foi extinto e suas atribuições distribuídas entre: Economia, Justiça e Cidadania, tendo sofrido alterações e voltando a reintegrar o quadro novamente recentemente (BRASIL, 2019).

Esta medida provisória também delega as atribuições de órgãos extintos a outras pastas: o Ministério de Direitos Humanos passa a ser Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; o Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU) passa a ser Controladoria-Geral da União (CGU); e o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil passa a ser Ministério da Infraestrutura (BRASIL, 2019).

Na Plataforma +Brasil, as propostas constavam com a separação antiga dos ministérios, assim então aplicou-se o agrupamento e troca para demonstração no quadro 3, para que as informações ficassem atualizadas, somaram-se 10 ministérios que possuem cadastramento de propostas do ano 2017 a 2020, lembrando que estes não são todos os Ministérios existentes, mas sim os que se identificou neste período de análise.

Para melhor entendimento demonstra-se no quadro 2 como ficou as situações dos ministérios, devido as mudanças após a medida provisória 870/2019.

Quadro 2 - Situação dos Ministérios com a medida provisória 870/2019

Ministérios	
Anterior a medida provisória	Após a medida provisória
<ul style="list-style-type: none">• Agricultura, Pecuária e Abastecimento;• Cidadania;• Cidades;• Cultura;• Comércio Exterior e Serviços;• Direitos Humanos;• Desenvolvimento Agrário;• Desenvolvimento Regional;• Desenvolvimento Social;• Educação;• Esportes;• Fazenda;• Indústria;• Integração Nacional;• Meio Ambiente;• Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;	<ul style="list-style-type: none">• Agricultura, Pecuária e Abastecimento;• Cidadania;• Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;• Defesa;• Desenvolvimento Regional;• Economia;• Educação;• Infraestrutura;• Justiça e Segurança pública;• Meio Ambiente;• Minas e Energia;• Mulher, da Família e dos Direitos Humanos;• Relações Exteriores;• Saúde;• Turismo;

Ministérios	
Anterior a medida provisória	Após a medida provisória
<ul style="list-style-type: none"> • Saúde; • Segurança Pública; • Turismo; • Transportes, Portos e Aviação Civil; • Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU); • Trabalho. 	<ul style="list-style-type: none"> • Trabalho e do emprego.

Fonte: autora, baseado em dados do Governo Federal (2022).

Assim pode-se perceber, que no quadro 3 posteriormente referente ao Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento, de todos os municípios da Fronteira Oeste do RS somaram-se 185 propostas cadastradas neste período de tempo, percebendo-se que foi o Ministério com maior número de cadastramento de propostas, assim como pode-se observar que o município de São Gabriel, foi o que obteve mais propostas cadastradas neste período, com 26 delas.

Para o Ministério da cidadania, obteve-se um total de 75 propostas cadastradas, de todos os municípios pertencentes a Fronteira Oeste neste período, percebe-se que o município que teve maior cadastramento de propostas foi o município de Alegrete com 12.

Observando-se o Ministério do desenvolvimento regional, podemos constatar que possui um total de 122 propostas cadastradas neste período, assim como pode-se perceber que o município de Alegrete, foi o que fez maior número de cadastramentos com 26 propostas cadastradas.

O seguinte Ministério que foi identificado é o da infraestrutura, que obteve um total de apenas 2 propostas cadastradas para este período, tendo apenas 1 proposta do município de Alegrete e uma de São Gabriel.

Na contagem do Ministério da Justiça e segurança pública, obteve-se um total de 7 propostas cadastradas, sendo que o município com maior cadastramento foi o de Alegrete, com 4 propostas para este período.

O Ministério do meio ambiente obteve uma soma de apenas 3 propostas cadastradas neste período, destas distribuídas apenas 1 para cada município, que são eles de Alegrete, Barra do Quaraí e Manoel Viana respectivamente.

Observando o Ministério da Mulher, família e direitos humanos, obteve-se um total de 7 propostas cadastradas para este período de análise, sendo que o município que possui maior cadastramento é o de Alegrete com 3 propostas cadastradas.

O Ministério da saúde, possui 38 propostas cadastradas neste período, somando-se todos os municípios, quanto ao município que teve maior número de cadastramentos foi o de São Gabriel com 12 propostas.

O próximo Ministério identificado foi o de Turismo, somando-se um total de 65 propostas cadastradas neste período, sendo que o município que mais cadastrou propostas foi o de São Gabriel com 12.

Observando o Ministério do trabalho, obteve-se um total de apenas 2 propostas cadastradas neste período, sendo 1 de cada dos municípios de São Borja e São Gabriel respectivamente.

Sendo assim conclui-se que dos ministérios identificados e presentes neste artigo, quantos aos que possuem menor número de cadastramentos para a Fronteira Oeste neste período de análise, são os de Infraestrutura e o do trabalho, com igualmente 2 propostas em cada.

Quadro 3 - Contagem de propostas por ministério

Ministérios	Municípios													Total
	Alegrete	B. Quaraí	Itacurubi	Itaqui	Maçambará	M. Viana	Quaraí	R. do Sul	S. Marg. Do Sul	S. do Livra	São Borja	São Gabriel	Uruguaiana	
Agricultura, pecuária e abastecimento	24	4	9	12	6	16	7	21	17	14	18	26	11	185
Cidadania	12	7	0	8	4	2	4	3	1	7	6	11	10	75
Desenvolvimento regional	26	4	2	16	1	5	11	10	2	12	15	9	9	122
Infraestrutura	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	2
Justiça e segurança pública	4	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	1	7
Meio ambiente	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	3
Mulher, família e direitos humanos	3	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	2	7
Saúde	4	0	2	8	3	0	0	2	0	0	4	12	3	38
Turismo	11	4	1	2	0	2	3	3	3	4	9	12	11	65
Trabalho e do emprego	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	2

Fonte: autora com base na Plataforma +Brasil (2022).

Com isto encerra-se esta fase de análise do artigo, conhecendo-se as situações, número de propostas e ministérios que cadastraram propostas no período de 2017 a 2020, logo após demonstra-se as conclusões obtidas com o estudo.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi alcançado ao obter nos dados de pesquisa, a situação cadastral das propostas feitas pelos municípios da Fronteira Oeste do RS no período de 2017 a 2020, identificou-se os Ministérios e municípios que obtiverem maior número de cadastramento de propostas por meio de inclusão na Plataforma +Brasil, assim como foi criada uma aproximação maior dos leitores com a plataforma, que mostrasse uma ferramenta muito útil para a transparência e conhecimento da população no andamento de propostas geradas destes municípios.

Identificando cada município e fazendo uma análise detalhada de cada um deles, conseguiu-se conhecer o nível de propostas cadastradas, assim como o nível

de captação de recursos por meio destas, durante o estudo pode-se identificar várias fases que as propostas passam, sabendo assim melhor como funciona os processos deste meio de captação de recursos, dentro da plataforma possuem um grande nível de informações das quais foram afuniladas para expor neste trabalho, podendo ser pesquisadas mais a fundo se for do interesse dos leitores ou de futuros pesquisadores.

Foram encontradas algumas limitações no referente estudo, na parte de não ter conseguido fazer a análise da situação das propostas identificando se eram feitas por emendas parlamentares, propostas voluntárias ou proponente específico, pois esta parte impacta nos resultados obtidos, além de não poder demonstrar os motivos dos rejeites das propostas.

Com esta pesquisa pode-se perceber que se fazem necessários estudos futuros e um maior aprofundamento em relação aos motivos que levam a não aprovação destas propostas, quais são os erros mais comuns de seus solicitantes, além de poder serem feitos estudos direcionados a quantidade total em números de recursos obtidos por estes municípios, podendo ser efetuado neste período que foi direcionada esta pesquisa ou mesmo um período de tempo maior dependendo o tempo disponível para o pesquisador.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando & Franzese, Cibele. **Federalismo e Políticas públicas: o impacto das relações intergovernamentais no Brasil**. São Paulo, 2007.

ALLEBRANDT, S. L., Büttenbender e D. R. Siedenberg. **Plano estratégico participativo de desenvolvimento regional da Fronteira Oeste do RS 2015/2030**. São Borja, abril de 2017. Disponível em: <<https://governanca.rs.gov.br/upload/arquivos/201710/11104708-plano-fronteira-oeste.pdf>> Acesso em: Fevereiro de 2022.

ANDRADE, Miguel Brito. **O Uso do Siconv na Gestão de Convênios Públicos: Uma Análise Comparativa Entre a Finep e Outros Órgãos da Administração Pública Federal**. Rio de Janeiro, 2014.

BORBA, Tânia Teles. **Captação de recurso de transferência voluntaria em um município de pequeno porte**. RS, 2015.

BRASIL. **Lei complementar nº101, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, Diário Oficial da União, Brasília, DF, 05 de maio de 2000**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm> Acesso em: Janeiro de 2022.

BRASIL. **Decreto Nº 6.170, de 25 de Julho de 2007. Dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6170.htm> Acesso em: Dezembro de 2022.

BRASIL. **Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão (RS). DEE Dados**. Disponível em: <<https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/15134130-20151117101627perfis-regionais-2015-fronteira-oeste.pdf>> Acesso em: março de 2022.

BRASIL. **Manual de contabilidade aplicada ao setor público**. 7.ed. Brasília: 2016d, 416p.

BRASIL. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (RS). **O monitoramento das transferências voluntárias celebradas pelo estado do Rio Grande do Sul com a União Federal (convênios e contratos de repasse)**. Porto Alegre, 2017.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Projeções da população 2010-2060**. Rio de Janeiro: IBGE. 2018.

BRASIL. **Senado Federal**. Proposta de Emenda à Constituição, lei nº 13.844, de junho de 2019.

CASTRO, C. M. **Estrutura e apresentação de publicações científicas**. São Paulo: McGraw-Hill, 1976.

CHAVES, G.H. **Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal – SICONV como instrumento de gerenciamento e controle de projetos de interesse público**. Goiânia, 2012.

DALL'AGNOL, R. M.; DURAND, I. C. **A importância da gestão de projetos na captação de recursos para a administração municipal**. Redes. Revista do Desenvolvimento Regional, vol. 19, núm. 2. Santa Cruz do Sul, maio-agosto, 2014.

DUARTE, A.J.M. et al. **Transferências fiscais intergovernamentais no Brasil: avaliação das transferências federais, com ênfase no sistema único de saúde**. Santiago de Chile, janeiro do 2009.

FREITAS, Bruno Alexandre. **Gestão de transferências voluntárias da União em pequenos municípios**. – São Paulo, ano. 2020.

GERHARDT, Tatiana E. e SILVEIRA, Denise.T. **Metódos de Pesquisa**– Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. SP: Atlas, 2002.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. Ed. – São Paulo: Atlas, 2008.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, Emerson Cesar da Silva. **Fundamentos das transferências intergovernamentais**. São Paulo, janeiro de 2003.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio Grande do Sul, 2020. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv62715.pdf>>. Acesso em: 23 de março de 2022.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 1992.

LIMA, Carolina Caiado. **O convênio administrativo colaborativo para transferência de recursos públicos a entidades privadas sem fins lucrativos como instrumento dos mecanismos diretos de fomento público**. São Paulo, 2010.

MACCARI; et al. **A influência da gestão de projetos na estratégia de transferências voluntárias de recursos da união para municípios brasileiros: o caso de uma prefeitura de médio porte**. Revista Ibero Americana de Estratégia vol. 12, núm. 1, pp. 181-207, Universidade Nove de Julho São Paulo, fev-março, 2013 Brasil.

MENDES, Marcos. **As finanças municipais em 2020**. Novembro de 2020

MOREIRA, Carlos Henrique de Azevedo *et al.* **Políticas públicas de governo eletrônico: uma análise das práticas de controle e avaliação na gestão de convênios das entidades privadas sem fins lucrativos com o governo federal**. III Congresso Consad de Gestão Pública: 2010. Disponível em: <<http://www.consad.org.br/sites/1500/1504/00001994.pdf>> Acesso em: dezembro de 2022.

MORESI, Eduardo. **Metodologia da pesquisa**. Brasília, março de 2003.

Plataforma +Brasil. Disponível em:<<https://voluntarias.plataformamaisbrasil.gov.br/voluntarias/Principal/Principal.do>> Acesso em: janeiro, 2022.

RICHARDSON, Roberto Jarry, **Pesquisa Social Métodos e Técnicas / Roberto Jarry Richardson; colaboradores José Augusto de Sousa Peres ... (et al)**. – 3.ed.- 14. Reimpr. - São Paulo: Atlas, 2012.

RIANI, F. **Economia do setor público: uma abordagem introdutória Rio de Janeiro**, RJ: LTC, 2009.

SILVA, A.S; et al. **Federalismo fiscal brasileiro: Uma análise dos convênios administrativos como instrumento de repasse de recursos federais**. Revista de Discentes de Ciência Política da UFSCAR | Vol.6–n.2, julho de 2018.

SILVA, C. R; et al. **O uso da análise de conteúdo como uma ferramenta para a pesquisa qualitativa: descrição e aplicação do método**. Universidade Federal de Lavras, Minas Gerais-Brasil, 2005.

SOARES, M. M.; MACHADO, J.A. **Federalismo e políticas públicas**. Brasília, ENAP, 2018.

SOUZA JUNIOR, et al. **O SICONV como ferramenta de descentralização de recursos e intergovernabilidade: um caminho para o atendimento de demandas regionalizadas**. Universidade Federal Fluminense, 2019.

ANEXOS

A Figura 1, exibida a seguir, demonstra o fluxo de trabalho do processo de obtenção e monitoramento dos recursos federais captados.

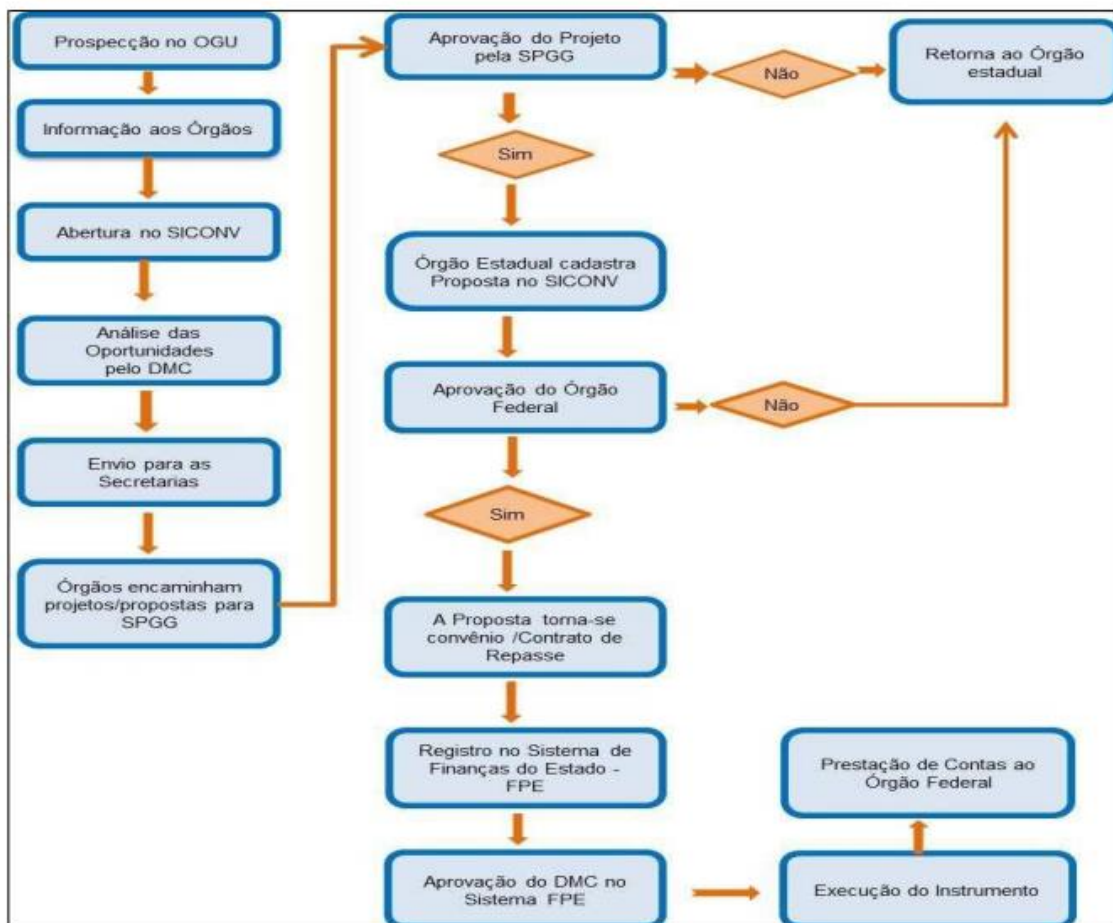


Figura 1 - Fluxo do Monitoramento de Convênios Federais

APÊNDICES:

Tabelas de análise:

Análise de propostas Alegrete:

Nº da proposta	Situação	Órgão solicitante	Nome do proponente	CNPJ do proponente
003694/2017	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de Alegrete	87.896.874/0001-57
008698/2017	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério do Turismo	Município de Alegrete	87.896.874/0001-57
015525/2017	Prestação de Contas Concluída	Ministério do desenvolvimento regional	Município de Alegrete	87.896.874/0001-57
015628/2017	Proposta/Plano de Trabalho Aprovados	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de Alegrete	87.896.874/0001-57
016261/2017	Em execução	Ministério do Esporte	Município de Alegrete	87.896.874/0001-57
017631/2017	Prestação de Contas Concluída	Ministério do desenvolvimento regional	Município de Alegrete	87.896.874/0001-57
022747/2017	Proposta/Plano de Trabalho Rejeitados por Impedimento técnico	Ministério do desenvolvimento regional	Município de Alegrete	87.896.874/0001-57
024854/2017	Em execução	Ministério do Turismo	Município de Alegrete	87.896.874/0001-57
027986/2017	Proposta/Plano de Trabalho Rejeitados por Impedimento técnico	Ministério da Justiça e Segurança Pública	ACONTUR S	10.604.267/0001-41
034070/2017	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério do Turismo	Município de Alegrete	87.896.874/0001-57
038620/2017	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério do desenvolvimento regional	Município de Alegrete	87.896.874/0001-57

041650/2017	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério do desenvolvimento regional	Município de Alegrete	87.896.874/00 01-57
059299/2017	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério do Esporte	Município de Alegrete	87.896.874/00 01-57
060346/2017	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de Alegrete	87.896.874/00 01-57
060377/2017	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de Alegrete	87.896.874/00 01-57
067218/2017	Proposta/Plano de Trabalho Rejeitados	Ministério da cidadania	Município de Alegrete	87.896.874/00 01-57
067263/2017	Proposta/Plano de Trabalho Rejeitados	Ministério da cidadania	Município de Alegrete	87.896.874/00 01-57
077641/2017	Proposta/Plano de Trabalho Rejeitados	Sec.Espec.de Agric.Famil.e do Desenv.Agrário	Município de Alegrete	87.896.874/00 01-57
077837/2017	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Sec.Espec.de Agric.Famil.e do Desenv.Agrário	Município de Alegrete	87.896.874/00 01-57
079561/2017	Proposta/Plano de Trabalho Rejeitados	Sec.Espec.de Agric.Famil.e do Desenv.Agrário	Município de Alegrete	87.896.874/00 01-57
081019/2017	Proposta/Plano de Trabalho Rejeitados por Impedimento técnico	Ministério do desenvolvimento regional	Município de Alegrete	87.896.874/00 01-57
081181/2017	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério da justiça e segurança pública	Município de Alegrete	87.896.874/00 01-57

083876/2017	Em execução	Ministério da Saúde	Fundo Municipal de saúde	11.431.321/00 01-67
091021/2017	Proposta/Plano de Trabalho Aprovados	Ministério da Saúde	Irmandade da Santa Casa de Alegrete	87.200.929/00 01-42
100755/2017	Proposta/Plano de Trabalho Rejeitados por Impedimento técnico	Instit. Nac. de Colonização e Reforma Agrária	Município de Alegrete	87.896.874/00 01-57
104879/2017	Prestação de Contas enviada para Análise	Ministério do Esporte	Município de Alegrete	87.896.874/00 01-57
006312/2018	Proposta/Plano de Trabalho Rejeitados por Impedimento técnico	Instit. Nac. de Colonização e Reforma Agrária	Município de Alegrete	87.896.874/00 01-57
011342/2018	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério do Turismo	Município de Alegrete	87.896.874/00 01-57
020135/2018	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério do Turismo	Município de Alegrete	87.896.874/00 01-57
031153/2018	Prestação de Contas Concluída	Ministério do desenvolvimento regional	Município de Alegrete	87.896.874/00 01-57
032388/2018	Convênio Rescindido	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de Alegrete	87.896.874/00 01-57
032620/2018	Prestação de Contas Concluída	Ministério do desenvolvimento regional	Município de Alegrete	87.896.874/00 01-57
034280/2018	Prestação de Contas Concluída	Ministério do desenvolvimento regional	Município de Alegrete	87.896.874/00 01-57
035817/2018	Prestação de Contas Concluída	Ministério do Turismo	Município de Alegrete	87.896.874/00 01-57
038229/2018	Em execução	Ministério da Cidadania	Município de Alegrete	87.896.874/00 01-57

043439/2018	Proposta/Plano de Trabalho Rejeitados	Sec.Espec.de Agric.Famil.e do Desenv.Agrário	Município de Alegrete	87.896.874/00 01-57
045134/2018	Proposta/Plano de Trabalho Aprovados	Ministério do desenvolvimento regional	Município de Alegrete	87.896.874/00 01-57
045945/2018	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de Alegrete	87.896.874/00 01-57
046866/2018	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Minist. Mulher, Família e Direitos Humanos	Município de Alegrete	87.896.874/00 01-57
052277/2018	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Depto. Nac. de Infra-Estrutura de Transportes	Município de Alegrete	87.896.874/00 01-57
059744/2018	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério do Esporte	Município de Alegrete	87.896.874/00 01-57
060481/2018	Proposta/Plano de Trabalho Aprovados	Ministério da Saúde	Irmandade da Santa Casa de Alegrete	87.200.929/00 01-42
060693/2018	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de Alegrete	87.896.874/00 01-57
060774/2018	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério do Turismo	Município de Alegrete	87.896.874/00 01-57
061317/2018	Proposta Aprovada e Plano de Trabalho em Análise	Ministério do desenvolvimento regional	Município de Alegrete	87.896.874/00 01-57
000024/2019	Em execução	Ministério do desenvolvimento regional	Município de Alegrete	87.896.874/00 01-57
002427/2019	Em execução	Ministério da Cidadania	Município de Alegrete	87.896.874/00 01-57
002552/2019	Prestação de Contas Concluída	Ministério do desenvolvimento regional	Município de Alegrete	87.896.874/00 01-57

002789/2019	Prestação de Contas enviada para Análise	Ministério do desenvolvimento regional	Município de Alegrete	87.896.874/00 01-57
004053/2019	Proposta/Plano de Trabalho Rejeitados por Impedimento técnico	Ministério do Turismo	Município de Alegrete	87.896.874/00 01-57
004176/2019	Proposta/Plano de Trabalho Rejeitados por Impedimento técnico	Ministério da Cidadania	Município de Alegrete	87.896.874/00 01-57
004484/2019	Prestação de Contas enviada para Análise	Ministério do desenvolvimento regional	Município de Alegrete	87.896.874/00 01-57
006095/2019	Em execução	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de Alegrete	87.896.874/00 01-57
006342/2019	Em execução	Ministério do desenvolvimento regional	Município de Alegrete	87.896.874/00 01-57
007311/2019	Prestação de Contas enviada para Análise	Instit. Nac. de Colonização e Reforma Agrária	Município de Alegrete	87.896.874/00 01-57
019986/2019	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério do Turismo	Município de Alegrete	87.896.874/00 01-57
032868/2019	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Minist. Mulher, Família e Direitos Humanos	Município de Alegrete	87.896.874/00 01-57
032934/2019	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Minist. Mulher, Família e Direitos Humanos	Município de Alegrete	87.896.874/00 01-57
037026/2019	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de Alegrete	87.896.874/00 01-57
039885/2019	Prestação de Contas Concluída	Ministério do desenvolvimento regional	Município de Alegrete	87.896.874/00 01-57
041005/2019	Proposta/Plano de Trabalho complementado	Ministério do desenvolvimento regional	Município de Alegrete	87.896.874/00 01-57

	enviada para Análise			
042866/2019	Proposta/Plano de Trabalho Rejeitados	Ministério da justiça e segurança pública	Município de Alegrete	87.896.874/00 01-57
044192/2019	Proposta/Plano de Trabalho em Complementação	Ministério do Turismo	Município de Alegrete	87.896.874/00 01-57
044800/2019	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério do Meio Ambiente	Município de Alegrete	87.896.874/00 01-57
046195/2019	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de Alegrete	87.896.874/00 01-57
047894/2019	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério da Cidadania	Município de Alegrete	87.896.874/00 01-57
049598/2019	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de Alegrete	87.896.874/00 01-57
050415/2019	Proposta/Plano de Trabalho Rejeitados por Impedimento técnico	Ministério da Cidadania	Município de Alegrete	87.896.874/00 01-57
051193/2019	Prestação de Contas enviada para Análise	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de Alegrete	87.896.874/00 01-57
002274/2020	Aguardando Prestação de Contas	Ministério da justiça e segurança pública	Município de Alegrete	87.896.874/00 01-57
002548/2020	Em execução	Ministério do desenvolvimento regional	Município de Alegrete	87.896.874/00 01-57
003031/2020	Em execução	Ministério do desenvolvimento regional	Município de Alegrete	87.896.874/00 01-57
003052/2020	Em execução	Ministério do desenvolvimento regional	Município de Alegrete	87.896.874/00 01-57

003061/2020	Em execução	Ministério do desenvolvimento regional	Município de Alegrete	87.896.874/00 01-57
003070/2020	Em execução	Ministério do desenvolvimento regional	Município de Alegrete	87.896.874/00 01-57
003459/2020	Em execução	Ministério da Cidadania	Município de Alegrete	87.896.874/00 01-57
004130/2020	Proposta/Plano de Trabalho Rejeitados	Ministério do desenvolvimento regional	Município de Alegrete	87.896.874/00 01-57
004702/2020	Em execução	Ministério do Turismo	Município de Alegrete	87.896.874/00 01-57
012263/2020	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de Alegrete	87.896.874/00 01-57
012936/2020	Em execução	Ministério do desenvolvimento regional	Município de Alegrete	87.896.874/00 01-57
015631/2020	Em execução	Ministério do desenvolvimento regional	Município de Alegrete	87.896.874/00 01-57
021075/2020	Em execução	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de Alegrete	87.896.874/00 01-57
024455/2020	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Instit. Nac. de Colonização e Reforma Agrária	Município de Alegrete	87.896.874/00 01-57
024772/2020	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Instit. Nac. de Colonização e Reforma Agrária	Município de Alegrete	87.896.874/00 01-57
026409/2020	Em execução	Ministério da Saúde	Irmandade da Santa Casa de Alegrete	87.200.929/00 01-42
028973/2020	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Instit. Nac. de Colonização e Reforma Agrária	Município de Alegrete	87.896.874/00 01-57

Análise de propostas Barra do Quaraí:

Nº da proposta	Situação	Órgão solicitante	Nome do proponente	CNPJ do proponente
-----------------------	-----------------	--------------------------	---------------------------	---------------------------

028692/2017	Aguardando Prestação de Contas	Ministério do Esporte	Município da Barra do Quaraí	01.610.910/00 01-59
028804/2017	Em execução	Ministério do Esporte	Município da Barra do Quaraí	01.610.910/00 01-59
028841/2017	Prestação de Contas Concluída	Ministério do Esporte	Município da Barra do Quaraí	01.610.910/00 01-59
031535/2017	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério do Turismo	Município da Barra do Quaraí	01.610.910/00 01-59
036060/2017	Proposta/Plano de Trabalho em Complementação	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município da Barra do Quaraí	01.610.910/00 01-59
036538/2017	Proposta/Plano de Trabalho Rejeitados	Ministério da Cidadania	Município da Barra do Quaraí	01.610.910/00 01-59
036559/2017	Proposta/Plano de Trabalho Rejeitados	Ministério da Cidadania	Município da Barra do Quaraí	01.610.910/00 01-59
041791/2017	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério do desenvolvimento regional	Município da Barra do Quaraí	01.610.910/00 01-59
044791/2017	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério do desenvolvimento regional	Município da Barra do Quaraí	01.610.910/00 01-59
007822/2018	Proposta/Plano de Trabalho complementado, em Análise	Ministério do Esporte	Município da Barra do Quaraí	01.610.910/00 01-59
010580/2018	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério do Turismo	Município da Barra do Quaraí	01.610.910/00 01-59
035691/2018	Prestação de Contas Concluída	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município da Barra do Quaraí	01.610.910/00 01-59
036430/2018	Em execução	Ministério do desenvolvimento regional	Município da Barra do Quaraí	01.610.910/00 01-59
051688/2018	Em execução	Ministério da Cidadania	Município da Barra do Quaraí	01.610.910/00 01-59

055357/2018	Proposta/Plano de Trabalho complementado em Análise	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município da Barra do Quaraí	01.610.910/00 01-59
000066/2019	Em execução	Ministério do desenvolvimento regional	Município da Barra do Quaraí	01.610.910/00 01-59
018295/2019	Proposta/Plano de Trabalho complementado em Análise	Ministério do Turismo	Município da Barra do Quaraí	01.610.910/00 01-59
045612/2019	Proposta/Plano de Trabalho complementado em Análise	Ministério do Meio Ambiente	Município da Barra do Quaraí	01.610.910/00 01-59
003324/2020	Em execução	Ministério do Turismo	Município da Barra do Quaraí	01.610.910/00 01-59
004249/2020	Proposta/Plano de Trabalho complementado enviada para Análise	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município da Barra do Quaraí	01.610.910/00 01-59

Análise de propostas Itacurubi:

Nº da proposta	Situação	Órgão solicitante	Nome do proponente	CNPJ do proponente
036811/2018	Prestação de Contas Concluída	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de Itacurubi	91.573.048/00 01-44
051731/2018	Em execução	Fundação Nacional de Saúde	Município de Itacurubi	91.573.048/00 01-44
053630/2018	Proposta/Plano de Trabalho Aprovados	Ministério do desenvolvimento regional	Município de Itacurubi	91.573.048/00 01-44
059519/2018	Proposta/Plano de Trabalho em Análise	Fundação Nacional de Saúde	Município de Itacurubi	91.573.048/00 01-44
033228/2019	Prestação de Contas enviada para Análise	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de Itacurubi	91.573.048/00 01-44
046617/2019	Em execução	Ministério do desenvolvimento regional	Município de Itacurubi	91.573.048/00 01-44
046918/2019	Em execução	Ministério do Turismo	Município de Itacurubi	91.573.048/00 01-44

015177/2020	Em execução	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de Itacurubi	91.573.048/00 01-44
022753/2020	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de Itacurubi	91.573.048/00 01-44
025246/2020	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Instit. Nac. de Colonização e Reforma Agrária	Município de Itacurubi	91.573.048/00 01-44
025256/2020	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Instit. Nac. de Colonização e Reforma Agrária	Município de Itacurubi	91.573.048/00 01-44
025342/2020	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de Itacurubi	91.573.048/00 01-44
025411/2020	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Instit. Nac. de Colonização e Reforma Agrária	Município de Itacurubi	91.573.048/00 01-44
026509/2020	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de Itacurubi	91.573.048/00 01-44

Análise de propostas Itaqui:

Nº da proposta	Situação	Órgão solicitante	Nome do proponente	CNPJ do proponente
008579/2017	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de Itaqui	88.120.662/00 01-46
019208/2017	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de Itaqui	88.120.662/00 01-46
025026/2017	Proposta/Plano de Trabalho Rejeitados por Impedimento técnico	Ministério do desenvolvimento regional	Município de Itaqui	88.120.662/00 01-46
033990/2017	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério do Turismo	Município de Itaqui	88.120.662/00 01-46

049659/2017	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério do desenvolvimento regional	Município de Itaquí	88.120.662/00 01-46
065887/2017	Proposta/Plano de Trabalho Rejeitados	Ministério da cidadania	Município de Itaquí	88.120.662/00 01-46
067236/2017	Proposta/Plano de Trabalho Rejeitados	Ministério da cidadania	Município de Itaquí	88.120.662/00 01-46
067676/2017	Proposta/Plano de Trabalho Rejeitados	Ministério da cidadania	Município de Itaquí	88.120.662/00 01-46
069966/2017	Proposta/Plano de Trabalho Rejeitados	Ministério da cidadania	Município de Itaquí	88.120.662/00 01-46
080068/2017	Proposta/Plano de Trabalho Rejeitados	Sec.Espec.de Agric.Famil.e do Desenv.Agrário	Município de Itaquí	88.120.662/00 01-46
080911/2017	Proposta/Plano de Trabalho Rejeitados por Impedimento técnico	Ministério do desenvolvimento regional	Município de Itaquí	88.120.662/00 01-46
081858/2017	Proposta/Plano de Trabalho Rejeitados	Ministério do desenvolvimento regional	Município de Itaquí	88.120.662/00 01-46
083946/2017	Prestação de Contas enviada para Análise	Ministério da saúde	Hospital São Patrício de Itaquí	90.928.151/00 01-05
084055/2017	Em execução	Ministério da saúde	Hospital São Patrício de Itaquí	90.928.151/00 01-05
084217/2017	Prestação de Contas enviada para Análise	Ministério da saúde	Hospital São Patrício de Itaquí	90.928.151/00 01-05
093896/2017	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério do Esporte	Município de Itaquí	88.120.662/00 01-46
100371/2017	Prestação de Contas enviada para Análise	Ministério da saúde	Hospital São Patrício de Itaquí	90.928.151/00 01-05
017861/2018	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério do Turismo	Município de Itaquí	88.120.662/00 01-46

035170/2018	Aguardando Prestação de Contas	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de Itaqui	88.120.662/00 01-46
038085/2018	Convênio Anulado	Ministério do desenvolvimento regional	Município de Itaqui	88.120.662/00 01-46
038087/2018	Convênio Anulado	Ministério do desenvolvimento regional	Município de Itaqui	88.120.662/00 01-46
047449/2018	Em execução	Ministério da cidadania	Município de Itaqui	88.120.662/00 01-46
056425/2018	Proposta/Plano de Trabalho Aprovados	Ministério do desenvolvimento regional	Município de Itaqui	88.120.662/00 01-46
057731/2018	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de Itaqui	88.120.662/00 01-46
059475/2018	Proposta/Plano de Trabalho Aprovados	Ministério do desenvolvimento regional	Município de Itaqui	88.120.662/00 01-46
059487/2018	Proposta Aprovada e Plano de Trabalho em Análise	Ministério das cidades	Município de Itaqui	88.120.662/00 01-46
059490/2018	Proposta Aprovada e Plano de Trabalho em Análise	Ministério das cidades	Município de Itaqui	88.120.662/00 01-46
060692/2018	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de Itaqui	88.120.662/00 01-46
063497/2018	Prestação de Contas Concluída	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de Itaqui	88.120.662/00 01-46
000127/2019	Em execução	Ministério do desenvolvimento regional	Município de Itaqui	88.120.662/00 01-46
001708/2019	Em execução	Ministério do desenvolvimento regional	Município de Itaqui	88.120.662/00 01-46
003990/2019	Convênio Anulado	Ministério da cidadania	Município de Itaqui	88.120.662/00 01-46
004113/2019	Aguardando Prestação de Contas	Ministério da agricultura,	Município de Itaqui	88.120.662/00 01-46

		pecuária e abastecimento		
026142/2019	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de Itaqui	88.120.662/0001-46
030764/2019	Proposta/Plano de Trabalho complementado enviada para Análise	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de Itaqui	88.120.662/0001-46
031636/2019	Proposta Aprovada e Plano de Trabalho em Análise	Ministério do desenvolvimento regional	Município de Itaqui	88.120.662/0001-46
031648/2019	Proposta/Plano de Trabalho complementado enviada para Análise	Ministério do desenvolvimento regional	Município de Itaqui	88.120.662/0001-46
033740/2019	Em execução	Ministério do desenvolvimento regional	Município de Itaqui	88.120.662/0001-46
048919/2019	Prestação de Contas enviada para Análise	Ministério da saúde	Hospital São Patrício de Itaqui	90.928.151/0001-05
052751/2019	Prestação de Contas enviada para Análise	Ministério da saúde	Hospital São Patrício de Itaqui	90.928.151/0001-05
001135/2020	Em execução	Ministério do desenvolvimento regional	Município de Itaqui	88.120.662/0001-46
003948/2020	Em execução	Ministério da cidadania	Município de Itaqui	88.120.662/0001-46
007052/2020	Em execução	Ministério da saúde	Hospital São Patrício de Itaqui	90.928.151/0001-05
008856/2020	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de Itaqui	88.120.662/0001-46
029134/2020	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de Itaqui	88.120.662/0001-46

Análise de propostas Maçambará:

Nº da proposta	Situação	Órgão solicitante	Nome do proponente	CNPJ do proponente
-----------------------	-----------------	--------------------------	---------------------------	---------------------------

068041/2017	Proposta/Plano de Trabalho Rejeitados	Ministério da Cidadania	Município de Maçambará	01.610.568/00 01-97
070102/2017	Proposta/Plano de Trabalho Rejeitados	Ministério da Cidadania	Município de Maçambará	01.610.568/00 01-97
102236/2017	Aguardando Prestação de Contas	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de Maçambará	01.610.568/00 01-97
103280/2017	Proposta/Plano de Trabalho Rejeitados	Ministério do Esporte	Município de Maçambará	01.610.568/00 01-97
006205/2018	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério do Esporte	Município de Maçambará	01.610.568/00 01-97
035791/2018	Aguardando Prestação de Contas	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de Maçambará	01.610.568/00 01-97
039911/2018	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de Maçambará	01.610.568/00 01-97
051186/2018	Em execução	Fundação Nacional de Saúde	Município de Maçambará	01.610.568/00 01-97
064216/2018	Em execução	Fundação Nacional de Saúde	Município de Maçambará	01.610.568/00 01-97
004846/2019	Em execução	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de Maçambará	01.610.568/00 01-97
011814/2020	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de Maçambará	01.610.568/00 01-97
012945/2020	Em execução	Ministério do desenvolvimento regional	Município de Maçambará	01.610.568/00 01-97
013809/2020	Em execução	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de Maçambará	01.610.568/00 01-97
020654/2020	Proposta/Plano de Trabalho em Análise	Fundação Nacional de Saúde	Município de Maçambará	01.610.568/00 01-97

Análise de propostas Manoel Viana:

Nº da proposta	Situação	Órgão solicitante	Nome do proponente	CNPJ do proponente
013723/2017	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério do Turismo	Município de Manoel Viana	91.551.762/0001-31
019869/2017	Prestação de Contas Concluída	Ministério do desenvolvimento regional	Município de Manoel Viana	91.551.762/0001-31
019911/2017	Prestação de Contas Concluída	Ministério do Turismo	Município de Manoel Viana	91.551.762/0001-31
020400/2017	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de Manoel Viana	91.551.762/0001-31
031253/2017	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de Manoel Viana	91.551.762/0001-31
037503/2017	Proposta/Plano de Trabalho Rejeitados	Ministério da cidadania	Município de Manoel Viana	91.551.762/0001-31
038126/2017	Proposta/Plano de Trabalho Rejeitados	Ministério da cidadania	Município de Manoel Viana	91.551.762/0001-31
045214/2017	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério do desenvolvimento regional	Município de Manoel Viana	91.551.762/0001-31
078931/2017	Proposta/Plano de Trabalho Rejeitados por Impedimento técnico	Instit. Nac. de Colonização e Reforma Agrária	Município de Manoel Viana	91.551.762/0001-31
079265/2017	Proposta/Plano de Trabalho Rejeitados por Impedimento técnico	Instit. Nac. de Colonização e Reforma Agrária	Município de Manoel Viana	91.551.762/0001-31
079586/2017	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de Manoel Viana	91.551.762/0001-31
080207/2017	Proposta/Plano de Trabalho Rejeitados	Sec.Espec.de Agric.Famil.e do	Município de Manoel Viana	91.551.762/0001-31

		Desenv.Agrário		
097307/2017	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de Manoel Viana	91.551.762/00 01-31
097323/2017	Prestação de Contas Concluída	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de Manoel Viana	91.551.762/00 01-31
023649/2018	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de Manoel Viana	91.551.762/00 01-31
037812/2018	Em execução	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de Manoel Viana	91.551.762/00 01-31
000132/2019	Prestação de Contas Comprovada - Em Análise	Ministério do desenvolvimento regional	Município de Manoel Viana	91.551.762/00 01-31
000158/2019	Proposta/Plano de Trabalho Rejeitados por Impedimento técnico	Instit. Nac. de Colonização e Reforma Agrária	Município de Manoel Viana	91.551.762/00 01-31
003444/2019	Em execução	Ministério do desenvolvimento regional	Município de Manoel Viana	91.551.762/00 01-31
003546/2019	Prestação de Contas em Análise	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de Manoel Viana	91.551.762/00 01-31
004086/2019	Prestação de Contas em Análise	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de Manoel Viana	91.551.762/00 01-31
004526/2019	Prestação de Contas em Análise	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de Manoel Viana	91.551.762/00 01-31
004574/2019	Prestação de Contas enviada para Análise	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de Manoel Viana	91.551.762/00 01-31
008294/2019	Proposta/Plano de Trabalho	Ministério da agricultura,	Município de Manoel Viana	91.551.762/00 01-31

	enviado para Análise	pecuária e abastecimento		
045360/2019	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério do Meio Ambiente	Município de Manoel Viana	91.551.762/00 01-31
015592/2020	Em execução	Ministério do desenvolvimento regional	Município de Manoel Viana	91.551.762/00 01-31

Análise de propostas Quaraí:

Nº da proposta	Situação	Órgão solicitante	Nome do proponente	CNPJ do proponente
011657/2017	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério do Turismo	Município de Quaraí	88.123.492/00 01-53
031002/2017	Prestação de Contas Concluída	Ministério do desenvolvimento regional	Município de Quaraí	88.123.492/00 01-53
068584/2017	Proposta/Plano de Trabalho Rejeitados	Ministério da Cidadania	Município de Quaraí	88.123.492/00 01-53
068714/2017	Proposta/Plano de Trabalho Rejeitados	Ministério da Cidadania	Município de Quaraí	88.123.492/00 01-53
071831/2017	Proposta/Plano de Trabalho Rejeitados	Ministério da Cidadania	Município de Quaraí	88.123.492/00 01-53
072014/2017	Proposta/Plano de Trabalho Rejeitados	Ministério da Cidadania	Município de Quaraí	88.123.492/00 01-53
077125/2017	Proposta/Plano de Trabalho Rejeitados	Sec.Espec.de Agric.Famil.e do Desenv.Agrário	Município de Quaraí	88.123.492/00 01-53
077149/2017	Proposta/Plano de Trabalho Rejeitados	Sec.Espec.de Agric.Famil.e do Desenv.Agrário	Município de Quaraí	88.123.492/00 01-53
097528/2017	Proposta/Plano de Trabalho complementado enviada para Análise	Sec.Espec.de Agric.Famil.e do Desenv.Agrário	Município de Quaraí	88.123.492/00 01-53

035513/2018	Aguardando Prestação de Contas	Ministério do desenvolvimento regional	Município de Quaraí	88.123.492/00 01-53
048174/2018	Proposta Aprovada e Plano de Trabalho em Análise	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de Quaraí	88.123.492/00 01-53
054483/2018	Prestação de Contas Concluída	Ministério do desenvolvimento regional	Município de Quaraí	88.123.492/00 01-53
048174/2018	Proposta Aprovada e Plano de Trabalho em Análise	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de Quaraí	88.123.492/00 01-53
054483/2018	Prestação de Contas Concluída	Ministério do desenvolvimento regional	Município de Quaraí	88.123.492/00 01-53
054490/2018	Prestação de Contas Concluída	Ministério do desenvolvimento regional	Município de Quaraí	88.123.492/00 01-53
000035/2019	Em execução	Ministério do desenvolvimento regional	Município de Quaraí	88.123.492/00 01-53
004158/2019	Em execução	Ministério do desenvolvimento regional	Município de Quaraí	88.123.492/00 01-53
004313/2019	Em execução	Ministério do desenvolvimento regional	Município de Quaraí	88.123.492/00 01-53
017442/2019	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério do Turismo	Município de Quaraí	88.123.492/00 01-53
030474/2019	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de Quaraí	88.123.492/00 01-53
032711/2019	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de Quaraí	88.123.492/00 01-53
033333/2019	Proposta/Plano de Trabalho Rejeitados	Ministério do desenvolvimento regional	Município de Quaraí	88.123.492/00 01-53
044947/2019	Em execução	Ministério do desenvolvimento regional	Município de Quaraí	88.123.492/00 01-53

003347/2020	Em execução	Ministério do desenvolvimento regional	Município de Quaraí	88.123.492/00 01-53
013117/2020	Em execução	Ministério do Turismo	Município de Quaraí	88.123.492/00 01-53

Análise de propostas Rosário do Sul:

Nº da proposta	Situação	Órgão solicitante	Nome do proponente	CNPJ do proponente
004810/2017	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério do Turismo	Município de Rosário do Sul	88.138.292/00 01-74
018103/2017	Prestação de Contas Concluída	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de Rosário do Sul	88.138.292/00 01-74
018735/2017	Em execução	Ministério do desenvolvimento regional	Município de Rosário do Sul	88.138.292/00 01-74
019628/2017	Prestação de Contas Concluída	Ministério do desenvolvimento regional	Município de Rosário do Sul	88.138.292/00 01-74
021795/2017	Prestação de Contas Concluída	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de Rosário do Sul	88.138.292/00 01-74
022952/2017	Aguardando Prestação de Contas	Ministério do desenvolvimento regional	Município de Rosário do Sul	88.138.292/00 01-74
073915/2017	Prestação de Contas Concluída	Ministério do desenvolvimento regional	Município de Rosário do Sul	88.138.292/00 01-74
082480/2017	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de Rosário do Sul	88.138.292/00 01-74
028719/2018	Proposta/Plano de Trabalho Rejeitados por Impedimento técnico	Ministério da Cultura	Município de Rosário do Sul	88.138.292/00 01-74
030445/2018	Em execução	Ministério da Cidadania	Município de Rosário do Sul	88.138.292/00 01-74
030998/2018	Prestação de Contas Concluída	Ministério do desenvolvimento regional	Município de Rosário do Sul	88.138.292/00 01-74

033885/2018	Em execução	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de Rosário do Sul	88.138.292/00 01-74
034048/2018	Prestação de Contas Concluída	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de Rosário do Sul	88.138.292/00 01-74
034182/2018	Prestação de Contas Concluída	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de Rosário do Sul	88.138.292/00 01-74
035179/2018	Em execução	Ministério da cidadania	Município de Rosário do Sul	88.138.292/00 01-74
035767/2018	Em execução	Ministério do Turismo	Município de Rosário do Sul	88.138.292/00 01-74
054208/2018	Proposta/Plano de Trabalho Rejeitados	Ministério da cidadania	Município de Rosário do Sul	88.138.292/00 01-74
058571/2018	Proposta/Plano de Trabalho em Análise	Fundação Nacional de Saúde	Município de Rosário do Sul	88.138.292/00 01-74
059118/2018	Proposta/Plano de Trabalho Aprovados	Ministério do desenvolvimento regional	Município de Rosário do Sul	88.138.292/00 01-74
060706/2018	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de Rosário do Sul	88.138.292/00 01-74
064479/2018	Proposta/Plano de Trabalho Rejeitados por Impedimento técnico	Fundação Nacional de Saúde	Município de Rosário do Sul	88.138.292/00 01-74
000121/2019	Em execução	Ministério do desenvolvimento regional	Município de Rosário do Sul	88.138.292/00 01-74
000147/2019	Aguardando Prestação de Contas	Instit. Nac. de Colonização e Reforma Agrária	Município de Rosário do Sul	88.138.292/00 01-74
000696/2019	Em execução	Ministério da Justiça e segurança pública	Município de Rosário do Sul	88.138.292/00 01-74

008508/2019	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de Rosário do Sul	88.138.292/00 01-74
009411/2019	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de Rosário do Sul	88.138.292/00 01-74
030134/2019	Em execução	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de Rosário do Sul	88.138.292/00 01-74
030714/2019	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de Rosário do Sul	88.138.292/00 01-74
030900/2019	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de Rosário do Sul	88.138.292/00 01-74
031130/2019	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de Rosário do Sul	88.138.292/00 01-74
031190/2019	Em execução	Ministério do desenvolvimento regional	Município de Rosário do Sul	88.138.292/00 01-74
033313/2019	Em execução	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de Rosário do Sul	88.138.292/00 01-74
050781/2019	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de Rosário do Sul	88.138.292/00 01-74
051259/2019	Em execução	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de Rosário do Sul	88.138.292/00 01-74
000874/2020	Em execução	Ministério do desenvolvimento regional	Município de Rosário do Sul	88.138.292/00 01-74
000941/2020	Em execução	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de Rosário do Sul	88.138.292/00 01-74
000945/2020	Em execução	Ministério da agricultura,	Município de Rosário do Sul	88.138.292/00 01-74

		pecuária e abastecimento		
001240/2020	Em execução	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de Rosário do Sul	88.138.292/0001-74
013704/2020	Em execução	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de Rosário do Sul	88.138.292/0001-74
019360/2020	Proposta/Plano de Trabalho Aprovados	Ministério do desenvolvimento regional	Município de Rosário do Sul	88.138.292/0001-74

Análise de propostas Santa Margarida do Sul:

Nº da proposta	Situação	Órgão solicitante	Nome do proponente	CNPJ do proponente
000189/2017	Proposta/Plano de Trabalho Rejeitados por Impedimento técnico	Instit. Nac. de Colonização e Reforma Agrária	Município de Santa Margarida do Sul	04.219.343/0001-00
000671/2017	Proposta/Plano de Trabalho em Complementação	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de Santa Margarida do Sul	04.219.343/0001-00
003156/2017	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de Santa Margarida do Sul	04.219.343/0001-00
007911/2017	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério do Turismo	Município de Santa Margarida do Sul	04.219.343/0001-00
036114/2017	Proposta/Plano de Trabalho Rejeitados	Ministério da cidadania	Município de Santa Margarida do Sul	04.219.343/0001-00
040952/2017	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério do desenvolvimento regional	Município de Santa Margarida do Sul	04.219.343/0001-00
074155/2017	Proposta/Plano de Trabalho Rejeitados	Sec.Espec.de Agric.Famil.e do Desenv.Agrário	Município de Santa Margarida do Sul	04.219.343/0001-00

074530/2017	Proposta/Plano de Trabalho Rejeitados	Sec.Espec.de Agric.Famil.e do Desenv.Agrário	Município de Santa Margarida do Sul	04.219.343/00 01-00
075952/2017	Proposta/Plano de Trabalho Rejeitados	Sec.Espec.de Agric.Famil.e do Desenv.Agrário	Município de Santa Margarida do Sul	04.219.343/00 01-00
097189/2017	Prestação de Contas Concluída	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de Santa Margarida do Sul	04.219.343/00 01-00
102672/2017	Proposta/Plano de Trabalho Rejeitados por Impedimento técnico	Instit. Nac. de Colonização e Reforma Agrária	Município de Santa Margarida do Sul	04.219.343/00 01-00
033897/2018	Prestação de Contas Concluída	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de Santa Margarida do Sul	04.219.343/00 01-00
034031/2018	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de Santa Margarida do Sul	04.219.343/00 01-00
034196/2018	Prestação de Contas Concluída	Ministério do desenvolvimento regional	Município de Santa Margarida do Sul	04.219.343/00 01-00
054073/2018	Prestação de Contas Concluída	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de Santa Margarida do Sul	04.219.343/00 01-00
060638/2018	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de Santa Margarida do Sul	04.219.343/00 01-00
002591/2019	Aguardando Prestação de Contas	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de Santa Margarida do Sul	04.219.343/00 01-00
007050/2019	Proposta/Plano de Trabalho Rejeitados por Impedimento técnico	Instit. Nac. de Colonização e Reforma Agrária	Município de Santa Margarida do Sul	04.219.343/00 01-00

013443/2019	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério do Turismo	Município de Santa Margarida do Sul	04.219.343/00 01-00
018110/2019	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério do Turismo	Município de Santa Margarida do Sul	04.219.343/00 01-00
049443/2019	Proposta/Plano de Trabalho Rejeitados por Impedimento técnico	Instit. Nac. de Colonização e Reforma Agrária	Município de Santa Margarida do Sul	04.219.343/00 01-00
005557/2020	Em execução	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de Santa Margarida do Sul	04.219.343/00 01-00
024994/2020	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Instit. Nac. de Colonização e Reforma Agrária	Município de Santa Margarida do Sul	04.219.343/00 01-00

Análise de propostas Santana do Livramento:

Nº da proposta	Situação	Órgão solicitante	Nome do proponente	CNPJ do proponente
024828/2017	Proposta/Plano de Trabalho Rejeitados por Impedimento técnico	Ministério do desenvolvimento regional	Município de Santana do Livramento	88.124.961/00 01-59
024830/2017	Em execução	Ministério do desenvolvimento regional	Município de Santana do Livramento	88.124.961/00 01-59
027565/2017	Proposta/Plano de Trabalho Aprovados	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de Santana do Livramento	88.124.961/00 01-59
029574/2017	Em execução	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de Santana do Livramento	88.124.961/00 01-59
038393/2017	Proposta/Plano de Trabalho Aprovados	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de Santana do Livramento	88.124.961/00 01-59
001475/2018	Proposta/Plano de Trabalho	Ministério do Esporte	Município de Santana do Livramento	88.124.961/00 01-59

	enviado para Análise		do Livramento	
017890/2018	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério do Turismo	Município de Santana do Livramento	88.124.961/00 01-59
028074/2018	Proposta/Plano de Trabalho Rejeitados por Impedimento técnico	Ministério da cidadania	Município de Santana do Livramento	88.124.961/00 01-59
031780/2018	Em execução	Ministério do desenvolvimen to regional	Município de Santana do Livramento	88.124.961/00 01-59
032693/2018	Em execução	Ministério do desenvolvimen to regional	Município de Santana do Livramento	88.124.961/00 01-59
034436/2018	Convênio Anulado	Ministério da cidadania	Município de Santana do Livramento	88.124.961/00 01-59
035458/2018	Convênio Rescindido	Ministério da cidadania	Município de Santana do Livramento	88.124.961/00 01-59
036144/2018	Em execução	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de Santana do Livramento	88.124.961/00 01-59
036713/2018	Prestação de Contas Concluída	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de Santana do Livramento	88.124.961/00 01-59
037239/2018	Em execução	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de Santana do Livramento	88.124.961/00 01-59
037720/2018	Prestação de Contas Concluída	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de Santana do Livramento	88.124.961/00 01-59
055653/2018	Proposta/Plano de Trabalho Rejeitados	Ministério da cidadania	Município de Santana do Livramento	88.124.961/00 01-59

000126/2019	Proposta/Plano de Trabalho em Complementação	Ministério do desenvolvimento regional	Município de Santana do Livramento	88.124.961/00 01-59
001512/2019	Em execução	Ministério da cidadania	Município de Santana do Livramento	88.124.961/00 01-59
002470/2019	Em execução	Ministério do desenvolvimento regional	Município de Santana do Livramento	88.124.961/00 01-59
004197/2019	Aguardando Prestação de Contas	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de Santana do Livramento	88.124.961/00 01-59
004283/2019	Em execução	Ministério do Turismo	Município de Santana do Livramento	88.124.961/00 01-59
007314/2019	Proposta/Plano de Trabalho Rejeitados por Impedimento técnico	Instit. Nac. de Colonização e Reforma Agrária	Município de Santana do Livramento	88.124.961/00 01-59
012669/2019	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério do Turismo	Município de Santana do Livramento	88.124.961/00 01-59
022619/2019	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério do Turismo	Município de Santana do Livramento	88.124.961/00 01-59
032722/2019	Proposta/Plano de Trabalho Aprovados	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de Santana do Livramento	88.124.961/00 01-59
033331/2019	Proposta/Plano de Trabalho complementado enviada para Análise	Ministério do desenvolvimento regional	Município de Santana do Livramento	88.124.961/00 01-59
034814/2019	Proposta/Plano de Trabalho Aprovados	Ministério do desenvolvimento regional	Município de Santana do Livramento	88.124.961/00 01-59

034964/2019	Proposta/Plano de Trabalho complementado enviada para Análise	Ministério do desenvolvimento regional	Município de Santana do Livramento	88.124.961/00 01-59
051176/2019	Proposta/Plano de Trabalho Aprovados	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de Santana do Livramento	88.124.961/00 01-59
003986/2020	Em execução	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de Santana do Livramento	88.124.961/00 01-59
004064/2020	Prestação de Contas enviada para Análise	Ministério da cidadania	Município de Santana do Livramento	88.124.961/00 01-59
004101/2020	Em execução	Ministério do desenvolvimento regional	Município de Santana do Livramento	88.124.961/00 01-59
004361/2020	Em execução	Ministério do desenvolvimento regional	Município de Santana do Livramento	88.124.961/00 01-59
008689/2020	Proposta/Plano de Trabalho em Complementação	Instit. Nac. de Colonização e Reforma Agrária	Município de Santana do Livramento	88.124.961/00 01-59
015636/2020	Em execução	Ministério do desenvolvimento regional	Município de Santana do Livramento	88.124.961/00 01-59
019529/2020	Proposta/Plano de Trabalho em Complementação	Minist.Mulher, família e direitos humanos	Município de Santana do Livramento	88.124.961/00 01-59
026066/2020	Proposta/Plano de Trabalho Aprovados	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de Santana do Livramento	88.124.961/00 01-59

Análise de propostas São Borja:

Nº da proposta	Situação	Órgão solicitante	Nome do proponente	CNPJ do proponente
011496/2017	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério do Turismo	Município de São Borja	88.489.786/00 01-01

011593/2017	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério do Turismo	Município de São Borja	88.489.786/00 01-01
021321/2017	Aguardando Prestação de Contas	Ministério do desenvolvimento regional	Município de São Borja	88.489.786/00 01-01
021770/2017	Aguardando Prestação de Contas	Ministério do Esporte	Município de São Borja	88.489.786/00 01-01
022273/2017	Prestação de Contas Concluída	Ministério do desenvolvimento regional	Município de São Borja	88.489.786/00 01-01
022746/2017	Prestação de Contas enviada para Análise	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de São Borja	88.489.786/00 01-01
022803/2017	Proposta/Plano de Trabalho Aprovados	Sec.Espec.de Agric.Famil.e do Desenv.Agrário	Município de São Borja	88.489.786/00 01-01
023321/2017	Proposta/Plano de Trabalho Rejeitados por Impedimento técnico	Ministério do desenvolvimento regional	Município de São Borja	88.489.786/00 01-01
032276/2017	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério do Turismo	Município de São Borja	88.489.786/00 01-01
039256/2017	Proposta/Plano de Trabalho Rejeitados	Ministério da cidadania	Município de São Borja	88.489.786/00 01-01
044051/2017	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério do desenvolvimento regional	Município de São Borja	88.489.786/00 01-01
056421/2017	Proposta/Plano de Trabalho Rejeitados	Ministério da Justiça e segurança pública	Município de São Borja	88.489.786/00 01-01
058373/2017	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério do Esporte	Município de São Borja	88.489.786/00 01-01
067601/2017	Proposta/Plano de Trabalho Rejeitados	Ministério da cidadania	Município de São Borja	88.489.786/00 01-01

076154/2017	Proposta/Plano de Trabalho Rejeitados	Sec.Espec.de Agric.Famil.e do Desenv.Agrário	Município de São Borja	88.489.786/00 01-01
086745/2017	Proposta/Plano de Trabalho Rejeitados	Ministério do trabalho e emprego	Município de São Borja	88.489.786/00 01-01
091586/2017	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério do Esporte	Município de São Borja	88.489.786/00 01-01
094397/2017	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério do Esporte	Município de São Borja	88.489.786/00 01-01
017395/2018	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério do Turismo	Município de São Borja	88.489.786/00 01-01
017472/2018	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério do Turismo	Município de São Borja	88.489.786/00 01-01
032379/2018	Prestação de Contas Concluída	Ministério do desenvolvimento regional	Município de São Borja	88.489.786/00 01-01
035154/2018	Prestação de Contas Concluída	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de São Borja	88.489.786/00 01-01
035164/2018	Em execução	Ministério do Turismo	Município de São Borja	88.489.786/00 01-01
035180/2018	Prestação de Contas Concluída	Ministério da cidadania	Município de São Borja	88.489.786/00 01-01
051380/2018	Prestação de Contas Concluída	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de São Borja	88.489.786/00 01-01
059470/2018	Proposta/Plano de Trabalho Aprovados	Ministério do desenvolvimento regional	Município de São Borja	88.489.786/00 01-01
063457/2018	Prestação de Contas Concluída	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de São Borja	88.489.786/00 01-01

000018/2019	Em execução	Ministério do desenvolvimento regional	Município de São Borja	88.489.786/00 01-01
000144/2019	Prestação de Contas enviada para Análise	Instit. Nac. de Colonização e Reforma Agrária	Município de São Borja	88.489.786/00 01-01
001270/2019	Em execução	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de São Borja	88.489.786/00 01-01
001274/2019	Aguardando Prestação de Contas	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de São Borja	88.489.786/00 01-01
001290/2019	Em execução	Ministério do desenvolvimento regional	Município de São Borja	88.489.786/00 01-01
001296/2019	Em execução	Ministério do desenvolvimento regional	Município de São Borja	88.489.786/00 01-01
001302/2019	Em execução	Ministério do desenvolvimento regional	Município de São Borja	88.489.786/00 01-01
003703/2019	Proposta/Plano de Trabalho Rejeitados por Impedimento técnico	Fundação Nacional de Saúde	Município de São Borja	88.489.786/00 01-01
018441/2019	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério do Turismo	Município de São Borja	88.489.786/00 01-01
031150/2019	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de São Borja	88.489.786/00 01-01
031160/2019	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de São Borja	88.489.786/00 01-01
031164/2019	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de São Borja	88.489.786/00 01-01
031170/2019	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de São Borja	88.489.786/00 01-01

031188/2019	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de São Borja	88.489.786/00 01-01
036542/2019	Em execução	Ministério do desenvolvimento regional	Município de São Borja	88.489.786/00 01-01
036544/2019	Proposta/Plano de Trabalho complementado enviada para Análise	Ministério do desenvolvimento regional	Município de São Borja	88.489.786/00 01-01
037812/2019	Em execução	Ministério do desenvolvimento regional	Município de São Borja	88.489.786/00 01-01
044181/2019	Em execução	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de São Borja	88.489.786/00 01-01
050009/2019	Proposta/Plano de Trabalho Rejeitados por Impedimento técnico	Instit. Nac. de Colonização e Reforma Agrária	Município de São Borja	88.489.786/00 01-01
051232/2019	Proposta/Plano de Trabalho Rejeitados	Fundação Nacional de Saúde	Município de São Borja	88.489.786/00 01-01
001086/2020	Em execução	Ministério do desenvolvimento regional	Município de São Borja	88.489.786/00 01-01
001567/2020	Em execução	Ministério do Turismo	Município de São Borja	88.489.786/00 01-01
007054/2020	Em execução	Ministério da saúde	Município de São Borja	88.489.786/00 01-01
015568/2020	Em execução	Ministério do desenvolvimento regional	Município de São Borja	88.489.786/00 01-01
020758/2020	Proposta/Plano de Trabalho em Análise	Fundação Nacional de saúde	Município de São Borja	88.489.786/00 01-01
025307/2020	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Instit. Nac. de Colonização e Reforma Agrária	Município de São Borja	88.489.786/00 01-01
028517/2020	Em execução	Ministério da agricultura,	Município de São Borja	88.489.786/00 01-01

		pecuária e abastecimento		
--	--	--------------------------	--	--

Análise de propostas São Gabriel:

Nº da proposta	Situação	Órgão solicitante	Nome do proponente	CNPJ do proponente
005530/2017	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de São Gabriel	88.768.080/0001-70
008473/2017	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério do Turismo	Município de São Gabriel	88.768.080/0001-70
008665/2017	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério do Turismo	Município de São Gabriel	88.768.080/0001-70
014461/2017	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério do Turismo	Município de São Gabriel	88.768.080/0001-70
020274/2017	Prestação de Contas Concluída	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de São Gabriel	88.768.080/0001-70
023103/2017	Prestação de Contas Concluída	Ministério do desenvolvimento regional	Município de São Gabriel	88.768.080/0001-70
024898/2017	Em execução	Ministério do esporte	Município de São Gabriel	88.768.080/0001-70
024995/2017	Prestação de Contas Concluída	Ministério do esporte	Município de São Gabriel	88.768.080/0001-70
025465/2017	Convênio Rescindido	Ministério do esporte	Município de São Gabriel	88.768.080/0001-70
043043/2017	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério do desenvolvimento regional	Município de São Gabriel	88.768.080/0001-70
061075/2017	Em execução	Ministério da saúde	Irmandade da Santa Casa de caridade de São Gabriel	96.593.322/0001-60

079359/2017	Proposta/Plano de Trabalho Rejeitados	Ministério da cidadania	Município de São Gabriel	88.768.080/00 01-70
079540/2017	Proposta/Plano de Trabalho Rejeitados	Sec.Espec.de Agric.Famil.e do Desenv.Agrário	Município de São Gabriel	88.768.080/00 01-70
081991/2017	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de São Gabriel	88.768.080/00 01-70
083803/2017	Em execução	Ministério da saúde	Irmandade da Santa Casa de caridade de São Gabriel	96.593.322/00 01-60
088412/2017	Proposta/Plano de Trabalho Rejeitados	Ministério do trabalho e do emprego	Município de São Gabriel	88.768.080/00 01-70
088496/2017	Proposta/Plano de Trabalho Rejeitados	Ministério do esporte	Município de São Gabriel	88.768.080/00 01-70
089862/2017	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Secretaria de direitos humanos da presidência da república	Município de São Gabriel	88.768.080/00 01-70
089949/2017	Prestação de Contas Concluída	Ministério da saúde	Irmandade da Santa Casa de caridade de São Gabriel	96.593.322/00 01-60
091184/2017	Prestação de Contas Concluída	Ministério da saúde	Irmandade da Santa Casa de caridade de São Gabriel	96.593.322/00 01-60
092277/2017	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério do esporte	Município de São Gabriel	88.768.080/00 01-70
095832/2017	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério do esporte	Município de São Gabriel	88.768.080/00 01-70
007634/2018	Proposta/Plano de Trabalho	Ministério do esporte	Município de São Gabriel	88.768.080/00 01-70

	enviado para Análise			
015718/2018	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério do turismo	Município de São Gabriel	88.768.080/00 01-70
016129/2018	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério do turismo	Município de São Gabriel	88.768.080/00 01-70
020494/2018	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério do turismo	Município de São Gabriel	88.768.080/00 01-70
032243/2018	Prestação de Contas Concluída	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de São Gabriel	88.768.080/00 01-70
037027/2018	Em execução	Ministério do desenvolvimen to regional	Município de São Gabriel	88.768.080/00 01-70
041054/2018	Proposta/Plano de Trabalho Rejeitados	Sec.Espec.de Agric.Famil.e do Desenv.Agrári o	Município de São Gabriel	88.768.080/00 01-70
041073/2018	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Sec.Espec.de Agric.Famil.e do Desenv.Agrári o	Município de São Gabriel	88.768.080/00 01-70
041087/2018	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de São Gabriel	88.768.080/00 01-70
041095/2018	Proposta/Plano de Trabalho Rejeitados	Sec.Espec.de Agric.Famil.e do Desenv.Agrári o	Município de São Gabriel	88.768.080/00 01-70
043475/2018	Prestação de Contas Concluída	Ministério da saúde	Irmandade da Santa Casa de caridade de São Gabriel	96.593.322/00 01-60
043477/2018	Prestação de Contas Concluída	Ministério da saúde	Irmandade da Santa Casa de	96.593.322/00 01-60

			caridade de São Gabriel	
044917/2018	Prestação de Contas Concluída	Ministério da saúde	Irmandade da Santa Casa de caridade de São Gabriel	96.593.322/00 01-60
050524/2018	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Depto. Nac. de Infra-estrutura de Transportes	Município de São Gabriel	88.768.080/00 01-70
057135/2018	Proposta Aprovada e Plano de Trabalho em Análise	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de São Gabriel	88.768.080/00 01-70
057381/2018	Prestação de Contas Concluída	Ministério da saúde	Município de São Gabriel	88.768.080/00 01-70
065261/2018	Proposta/Plano de Trabalho Rejeitados	Ministério da cidadania	Município de São Gabriel	88.768.080/00 01-70
000129/2019	Prestação de Contas em Análise	Instit. Nac. de Colonização e Reforma Agrária	Município de São Gabriel	88.768.080/00 01-70
000136/2019	Aguardando Prestação de Contas	Ministério do desenvolvimento regional	Município de São Gabriel	88.768.080/00 01-70
001486/2019	Em execução	Ministério do turismo	Município de São Gabriel	88.768.080/00 01-70
001788/2019	Aguardando Prestação de Contas	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de São Gabriel	88.768.080/00 01-70
004030/2019	Aguardando Prestação de Contas	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de São Gabriel	88.768.080/00 01-70
004369/2019	Em execução	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de São Gabriel	88.768.080/00 01-70
005008/2019	Proposta/Plano de Trabalho Rejeitados por Impedimento técnico	Ministério da cidadania	Município de São Gabriel	88.768.080/00 01-70

015430/2019	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério do turismo	Município de São Gabriel	88.768.080/00 01-70
019376/2019	Em execução	Ministério do desenvolvimento regional	Município de São Gabriel	88.768.080/00 01-70
026773/2019	Prestação de Contas enviada para Análise	Ministério da saúde	Irmandade da Santa Casa de caridade de São Gabriel	96.593.322/00 01-60
029713/2019	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de São Gabriel	88.768.080/00 01-70
030373/2019	Proposta/Plano de Trabalho complementado enviada para Análise	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de São Gabriel	88.768.080/00 01-70
031228/2019	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de São Gabriel	88.768.080/00 01-70
048934/2019	Prestação de Contas Concluída	Ministério da saúde	Irmandade da Santa Casa de caridade de São Gabriel	96.593.322/00 01-60
049246/2019	Em execução	Instit. Nac. de Colonização e Reforma Agrária	Município de São Gabriel	88.768.080/00 01-70
050402/2019	Em execução	Ministério do turismo	Município de São Gabriel	88.768.080/00 01-70
050679/2019	Em execução	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de São Gabriel	88.768.080/00 01-70
052491/2019	Proposta/Plano de Trabalho complementado enviada para Análise	Ministério da cidadania	Município de São Gabriel	88.768.080/00 01-70
056101/2019	Em execução	Ministério da agricultura,	Município de São Gabriel	88.768.080/00 01-70

		pecuária e abastecimento		
001548/2020	Em execução	Ministério do desenvolvimento regional	Município de São Gabriel	88.768.080/00 01-70
002749/2020	Proposta/Plano de Trabalho em Complementação	Ministério do turismo	Município de São Gabriel	88.768.080/00 01-70
002754/2020	Em execução	Ministério do turismo	Município de São Gabriel	88.768.080/00 01-70
005487/2020	Em execução	Ministério do desenvolvimento regional	Município de São Gabriel	88.768.080/00 01-70
006802/2020	Em execução	Ministério da saúde	Irmandade da Santa Casa de caridade de São Gabriel	96.593.322/00 01-60
007312/2020	Proposta/Plano de Trabalho complementado enviada para Análise	Instit. Nac. de Colonização e Reforma Agrária	Município de São Gabriel	88.768.080/00 01-70
011309/2020	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de São Gabriel	88.768.080/00 01-70
015637/2020	Em execução	Ministério do desenvolvimento regional	Município de São Gabriel	88.768.080/00 01-70
017086/2020	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de São Gabriel	88.768.080/00 01-70
017087/2020	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de São Gabriel	88.768.080/00 01-70
018231/2020	Em execução	Ministério da saúde	Irmandade da Santa Casa de caridade de São Gabriel	96.593.322/00 01-60
025085/2020	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Instit. Nac. de Colonização e Reforma Agrária	Município de São Gabriel	88.768.080/00 01-70

025095/2020	Proposta/Plano de Trabalho complementado enviada para Análise	Instit. Nac. de Colonização e Reforma Agrária	Município de São Gabriel	88.768.080/00 01-70
027057/2020	Em execução	Ministério do desenvolvimento regional	Município de São Gabriel	88.768.080/00 01-70
027644/2020	Proposta/Plano de Trabalho complementado enviada para Análise	Ministério do turismo	Município de São Gabriel	88.768.080/00 01-70

Análise de propostas Uruguaiana:

Nº da proposta	Situação	Órgão solicitante	Nome do proponente	CNPJ do proponente
008692/2017	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério do Turismo	Município de Uruguaiana	88.131.164/00 01-07
025358/2017	Prestação de Contas Concluída	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de Uruguaiana	88.131.164/00 01-07
025443/2017	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério do Turismo	Município de Uruguaiana	88.131.164/00 01-07
027061/2017	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério do Turismo	Município de Uruguaiana	88.131.164/00 01-07
029126/2017	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério do Turismo	Município de Uruguaiana	88.131.164/00 01-07
029244/2017	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério do turismo	Município de Uruguaiana	88.131.164/00 01-07
044886/2017	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério do desenvolvimento regional	Município de Uruguaiana	88.131.164/00 01-07
044901/2017	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério do desenvolvimento regional	Município de Uruguaiana	88.131.164/00 01-07

045219/2017	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério do desenvolvimento regional	Município de Uruguaiana	88.131.164/00 01-07
045223/2017	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério do desenvolvimento regional	Município de Uruguaiana	88.131.164/00 01-07
045271/2017	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério do desenvolvimento regional	Município de Uruguaiana	88.131.164/00 01-07
058511/2017	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério do esporte	Município de Uruguaiana	88.131.164/00 01-07
075000/2017	Em execução	Ministério da saúde	Santa Casa de caridade de Uruguaiana	98.416.225/00 01-28
076080/2017	Proposta/Plano de Trabalho Rejeitados	Sec.Espec.de Agric.Famil.e do Desenv.Agrário	Município de Uruguaiana	88.131.164/00 01-07
076861/2017	Proposta/Plano de Trabalho Rejeitados	Sec.Espec.de Agric.Famil.e do Desenv.Agrário	Município de Uruguaiana	88.131.164/00 01-07
081339/2017	Proposta/Plano de Trabalho Rejeitados	Ministério da Justiça e Segurança Pública	Município de Uruguaiana	88.131.164/00 01-07
089178/2017	Prestação de Contas Concluída	Ministério do esporte	Município de Uruguaiana	88.131.164/00 01-07
092140/2017	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério do esporte	Município de Uruguaiana	88.131.164/00 01-07
094648/2017	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério do esporte	Município de Uruguaiana	88.131.164/00 01-07
098466/2017	Proposta/Plano de Trabalho Rejeitados	Ministério do esporte	Município de Uruguaiana	88.131.164/00 01-07

103402/2017	Em execução	Ministério da saúde	Santa Casa de caridade de Uruguaiana	98.416.225/00 01-28
003512/2018	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério do esporte	Município de Uruguaiana	88.131.164/00 01-07
021848/2018	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério do turismo	Município de Uruguaiana	88.131.164/00 01-07
034171/2018	Aguardando Prestação de Contas	Ministério da cidadania	Município de Uruguaiana	88.131.164/00 01-07
048087/2018	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério do turismo	Município de Uruguaiana	88.131.164/00 01-07
054661/2018	Proposta/Plano de Trabalho Rejeitados	Minist. Mulher, Família e Direitos Humanos	Município de Uruguaiana	88.131.164/00 01-07
000133/2019	Proposta/Plano de Trabalho complementado em Análise	Ministério do desenvolvimento regional	Município de Uruguaiana	88.131.164/00 01-07
001989/2019	Em execução	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de Uruguaiana	88.131.164/00 01-07
002036/2019	Em execução	Ministério da cidadania	Município de Uruguaiana	88.131.164/00 01-07
003624/2019	Em execução	Ministério do desenvolvimento regional	Município de Uruguaiana	88.131.164/00 01-07
005234/2019	Proposta/Plano de Trabalho complementado enviada para Análise	Minist. Mulher, Família e Direitos Humanos	Município de Uruguaiana	88.131.164/00 01-07
007252/2019	Proposta/Plano de Trabalho Rejeitados por Impedimento técnico	Instit. Nac. de Colonização e Reforma Agrária	Município de Uruguaiana	88.131.164/00 01-07

019206/2019	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério do turismo	Município de Uruguaiana	88.131.164/00 01-07
030728/2019	Proposta/Plano de Trabalho Aprovados	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de Uruguaiana	88.131.164/00 01-07
038304/2019	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de Uruguaiana	88.131.164/00 01-07
038343/2019	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de Uruguaiana	88.131.164/00 01-07
038950/2019	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de Uruguaiana	88.131.164/00 01-07
043235/2019	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de Uruguaiana	88.131.164/00 01-07
047371/2019	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Ministério do desenvolvimento regional	Município de Uruguaiana	88.131.164/00 01-07
002461/2020	Em execução	Ministério do turismo	Município de Uruguaiana	88.131.164/00 01-07
002742/2020	Em execução	Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Município de Uruguaiana	88.131.164/00 01-07
003407/2020	Em execução	Ministério da cidadania	Município de Uruguaiana	88.131.164/00 01-07
003692/2020	Em execução	Ministério da cidadania	Município de Uruguaiana	88.131.164/00 01-07
015586/2020	Em execução	Ministério do desenvolvimento regional	Município de Uruguaiana	88.131.164/00 01-07
018886/2020	Proposta/Plano de Trabalho Aprovados	Ministério da saúde	Santa Casa de caridade de Uruguaiana	98.416.225/00 01-28

019924/2020	Em execução	Ministério da cidadania	Município de Uruguaiana	88.131.164/00 01-07
024380/ 2020	Proposta/Plano de Trabalho complementado enviada para Análise	Ministério do turismo	Município de Uruguaiana	88.131.164/00 01-07